



Viajantes estrangeiros na
Zona Oeste Carioca
no Século XIX

Adinalzir Pereira Lamego



Este livro se propõe a contribuir no levantamento dos relatos de viajantes estrangeiros no Rio de Janeiro do século XIX, e relacionar um conjunto de textos sobre a passagem desses viajantes pelo chamado Velho Oeste Carioca. Além disso, abordamos também a análise desses relatos enquanto construções discursivas e ideológicas. Na elaboração desse trabalho, utilizamos principalmente o acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Biblioteca do Itamarati e do Arquivo Nacional. Sendo pesquisados também outros acervos menores tais como: a Biblioteca do NPH - Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz. Entre outros livros e artigos de autores locais. Além disso, percebemos um pequeno número de traduções para o português dos relatos de viajantes estrangeiros no Rio de Janeiro do século XIX se compararmos com as traduções de relatos em outras línguas. Sobretudo aquelas referentes ao século XIX. O que me levou a partir de um levantamento por mim realizado, a necessidade de fazer um trabalho relacionado a textos em português escritos também por autores locais.



**Viajantes estrangeiros na
Zona Oeste carioca no Século XIX**

Viajantes estrangeiros na Zona Oeste carioca no Século XIX

Adinalzir Pereira Lamego



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni

Arte de Capa: Pintura de Johann Moritz Rugendas

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

LAMEGO, Adinalzir Pereira

Viajantes estrangeiros na zona oeste carioca no século XIX [recurso eletrônico] / Adinalzir Pereira Lamego -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

102 p.

ISBN - 978-85-5696-491-5

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História; 2. Brasil; 3. Rio de Janeiro; 4. Século XIX; 5. Viajantes; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me dado forças para concluir mais esse objetivo em minha vida, pois as conquistas com facilidades são relevantes, mas quando conseguidas com certas dificuldades tornam-se melhores, pois aprendemos a dar valor e crescemos cada vez mais.

A minha família pela compreensão nos momentos mais difíceis e a todos aqueles amigos que contribuíram de uma maneira geral. Deixo aqui o meu eterno reconhecimento e carinho.

*“Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor,
mas lutamos para que o melhor fosse feito.”*

Martin Luther King

Sumário

Apresentação	13
Introdução	15
Capítulo 1	19
Viajantes estrangeiros na história do Brasil	
1.1. A Missão Artística Francesa	20
1.2. A Missão Austríaca	21
1.3. Viagens e caminhadas através de um discurso simbólico	21
1.4. Viajantes que estiveram no Brasil no século XIX	26
1.5. A paisagem e o objetivo desses viajantes	27
1.6. O olhar europeu desses viajantes	28
Capítulo 2	31
O velho oeste ou zona oeste carioca	
2.1. Aspectos históricos	33
2.1.1. Campo Grande	34
2.1.2. Santa Cruz	36
2.1.3. Bangu	38
2.1.4. Realengo	39
2.1.5. Estrada Real de Santa Cruz	40

Capítulo 3.....	45
Viajantes estrangeiros que passaram pela zona oeste carioca no século XIX	
3.1. Benjamim Mary.....	45
3.2. Carl Friedrich Gustav Seidler	48
3.3. Daniel Parish Kidder	50
3.4. Ferdinand Dominik Sochor	52
3.5. Georg Heinrich von Langsdorff	53
3.6. Jean Baptiste Debret.....	57
3.7. Johan Natterer	61
3.8. Johann Baptist Emanuel Pohl.....	64
3.9. John Luccock.....	71
3.10. John Mawe.....	71
3.11. Maria Graham	77
3.12. Príncipe Adalberto da Prússia.....	83
3.13. Spix e Martius	83
3.14. Thomas Ender.....	85
3.15. Wilhelm Ludwig von Eschwege.....	85
Conclusão.....	89
Referências	91
Índice de imagem.....	95

Apresentação

Este livro se propõe a contribuir no levantamento dos relatos de viajantes estrangeiros no Rio de Janeiro do século XIX, e relacionar um conjunto de textos sobre a passagem desses viajantes pelo chamado Velho Oeste Carioca. Além disso, abordamos também a análise desses relatos enquanto construções discursivas e ideológicas. Na elaboração desse trabalho, utilizamos principalmente o acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Biblioteca do Itamarati e do Arquivo Nacional. Sendo pesquisados também outros acervos menores tais como: a Biblioteca do NOPH - Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz. Entre outros livros e artigos de autores locais.

Além disso, percebemos um pequeno número de traduções para o português dos relatos de viajantes estrangeiros no Rio de Janeiro do século XIX se compararmos com as traduções de relatos em outras línguas. Sobretudo aqueles referentes ao século XIX. O que me levou a partir de um levantamento por mim realizado, a necessidade de fazer um trabalho relacionado a textos em português escritos também por autores locais.

A consolidação dessa pesquisa teve por base os vários trabalhos já desenvolvidos pelo NOPH desde 1983, utilizando os seus vários boletins. Fazendo também um levantamento das narrativas de viajantes estrangeiros existentes nos livros do grande historiador santa-cruzense Benedicto de Freitas e vários outros autores.

Creio, que todos as narrativas que serão aqui apresentadas, certamente poderão contribuir para uma nova visão sobre a história da imigração dos estrangeiros no Brasil. Além de acrescentar todo um conjunto de fatos que irão enriquecer ainda mais o conhecimento sobre a história da cidade do Rio de Janeiro e seus arredores.

Introdução

A cidade do Rio de Janeiro passou a ser a sede da colônia em 1763 e recebeu a Família Real, em 1808. Com isso, a cidade passa por grandes transformações, tornando-se o polo centralizador das ideias e dos fatos mais importantes da história brasileira durante todo o século XIX até os nossos dias.

Aos poucos, o Rio de Janeiro transformou-se em ponto de destino e passagem de diversos viajantes estrangeiros, surgindo uma variada literatura formada por relatos de viagens que irão descrever minuciosamente toda a costa da cidade do Rio de Janeiro e seus arredores. Esses registros irão enriquecer cada vez mais o conhecimento histórico da história da cidade e do próprio país.

O século XIX é para o Brasil e o Rio de Janeiro um momento muito importante em se tratando de relatos de viagens, uma vez que o desembarque da Família Real aboliu as diversas restrições que havia quando da entrada e permanência desses visitantes estrangeiros no país. O estabelecimento da corte no Rio de Janeiro trouxe para a cidade uma nova ordem política, econômica e social, bem como novos modos de convivência e de costumes. Além disso, o grande número de estrangeiros que visitaram a colônia portuguesa, ou até mesmo aqueles que aqui se estabeleceram fizeram com que a cidade carioca criasse condições para atender a grande procura por moradias, bens e serviços essenciais.

É importante lembrar que as razões e os motivos para a realização dessas viagens se transformaram com o tempo, mas tinham o objetivo de fazer um diagnóstico de cunho científico da flora e da fauna dos lugares que visitavam. Na sua maioria, essas

expedições contavam com financiamento particular, porém algumas delas tinham o apoio de países europeus.

Esses viajantes eram de ambos os sexos, de classes sociais variadas, com formação intelectual das mais diversas, que descreveram aspectos do Brasil, através de crônicas, relatos de viagens, correspondências, memórias, diários e desenhos.

O conjunto das obras deixadas por eles integram a chamada literatura de viagem e fazem parte da literatura de testemunhos, cujos registros e observações irão ajudar a conhecer a realidade do Brasil vista pelo olhar europeu.

Muitas dessas narrativas foram reunidas em livros, às vezes em mais de uma edição e em diversas línguas, fazendo muito sucesso na época e sendo muito disputados. Esses viajantes foram, portanto, os grandes cronistas da vida brasileira do século XIX, que descreveram em suas obras os vários aspectos da terra, da gente, e dos usos e costumes do Brasil.

Assim, diante deste contexto político, econômico e cultural, me proponho neste trabalho analisar textos, diários e relatos de alguns viajantes estrangeiros que estiveram no Rio de Janeiro principalmente no século XIX, especificamente no chamado “Velho Oeste Carioca”, região compreendida entre o Campo dos Afonsos até Sepetiba, toda ela atravessada pela antiga Estrada Real de Santa Cruz.

Essa região, que também é conhecida como “Zona Oeste”, é citada por alguns autores por causa de três aspectos: a invasão de piratas franceses em Guaratiba, em 1710, as longas temporadas de D. João VI na antiga Fazenda dos Jesuítas, e também pela própria história dessa fazenda em Santa Cruz, no início do século XIX. O resgate do patrimônio histórico dessa região, ainda desconhecido pela maioria de seus moradores, tem sido feito por escritores e pesquisadores locais, na maioria das vezes com recursos próprios, e contando sempre com ajuda da própria comunidade.

É preciso, no entanto, valorizar grandes cronistas do Rio Antigo que não deixaram de citar o então chamado “Sertão

Carioca” ou “Velho Oeste Carioca” em seus livros, como Monsenhor Pizarro, Magalhães Corrêa, Vieira Fazenda, Brasil Gerson, Noronha Santos, etc. Também é importante lembrar que essa área foi bastante visitada por viajantes estrangeiros que deixaram, na maioria das vezes, escritos, documentos iconográficos e inúmeras impressões sobre a região. No século XIX, principalmente depois da vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, as visitas tornaram-se cada vez mais frequentes. De modo que por aqui passaram, entre outros, Jean Baptiste Debret, Maria Graham, Thomas Ender, Benjamin Mary, John Luccoc, John Mawe, Kidder, Spix e Martius, Príncipe Adalberto da Prússia, entre outros.

É importante lembrar que aqui não estarão incluídas outras áreas que também fazem parte da Zona Oeste da cidade, como Jacarepaguá e Barra da Tijuca, para não tornar essa pesquisa muito extensa. O principal objetivo deste trabalho será chamar a atenção para a riqueza histórica da região, mostrando que a melhor forma de valorizar um lugar é conhecendo o seu passado.

Capítulo 1

Viajantes estrangeiros na história do Brasil

Ao longo do século XIX diversos viajantes estrangeiros, entre eles artistas e cientistas, percorreram o Brasil, tanto a serviço do governo (em "missões científicas"), e também com financiamento particular. Vários desses viajantes deixaram memórias, algumas delas escritas, outras em forma de desenhos e pinturas, que hoje, por uma série de razões, constituem um valioso material de estudo sobre o Brasil daquela época. Dentre essas razões podem ser mencionadas:

- Como estrangeiros, esses viajantes lançavam sobre o Brasil um olhar de curiosidade ou até mesmo de estranhamento, refletindo em seus relatos aspectos do cotidiano que, aos autores naturais da terra, chegavam a passar despercebidos ou sequer eram referidos por parecerem demasiado óbvios;
- No século XIX o Brasil era uma nação majoritariamente analfabeta, razão pela qual eram produzidos poucos documentos escritos e, assim, as obras deixadas pelos viajantes estrangeiros ganham em significado, pois acrescem fontes de investigação a um universo consideravelmente restrito;
- Além disso, os viajantes percorreram um Brasil ainda pouco conhecido e pouco devastado e, no caso específico do Rio de Janeiro, antes de se espalharem-se as fazendas de café e a industrialização, o que significa que seu testemunho revela aspectos da topografia original, da fauna e da flora que, se não fosse assim, talvez permanecessem absolutamente incógnitos.

1.1. A Missão Artística Francesa

No dia 26 de março de 1816 - em meio à tristeza pelo falecimento de D. Maria I, desembarca no Rio de Janeiro um grupo de artistas franceses encabeçados por Joaquim de Lebreton, ex-Secretário da Seção de Belas-Artes do Instituto de França. Entre os artistas encontravam-se Jean Baptiste Debret, Nicolas Antoine Taunay e seu irmão Auguste Marie Taunay, Auguste Grandjean de Montigny e outros. No ano seguinte, chegam os irmãos Ferrez.

Há quem afirme que os artistas franceses vieram ao Brasil por intermédio do Conde da Barca e do Marquês de Marialva, admiradores das ideias francesas. Outros dizem que estes vieram por iniciativa própria, bonapartistas desapontados com o retorno da monarquia dos Bourbon na França após o Congresso de Viena em 1815. A questão é que Lebreton liderou a Missão Artística Francesa, também conhecida como colônia Lebreton, a qual trazia consigo o objetivo de criar uma instituição destinada ao ensino de artes no Brasil, a Imperial Academia e Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro, que seria inaugurada em 1826.

Nesse meio tempo, os artistas franceses realizaram trabalhos para a corte portuguesa. Montigny, Debret e Auguste Taunay participaram da organização dos cerimoniais da chegada da Imperatriz Leopoldina em 1817, aclamação de D. João VI em 1818 e a coroação de D. Pedro I em 1822.

Apesar do entusiasmo da corte com a presença de artistas franceses no Brasil, estes vivenciaram situações difíceis. Primeiro, em 1817, morre o Conde da Barca e seu lugar é assumido pelo Visconde de São Lourenço, partidário do retorno de D. João à Portugal. Em 1819, morre Lebreton. Desapontado com as adversidades, Nicolas Taunay volta para a França em 1821. Em 1831 é a vez de Debret retornar a sua terra natal.

1.2. A Missão Austríaca

No dia 15 de julho de 1817, chegava ao Brasil a arquiduquesa Leopoldina da Áustria, que se casaria com o príncipe regente Pedro de Alcântara, futuro Imperador do Brasil D. Pedro I. Com ela vieram cientistas, botânicos, zoólogos e artistas europeus, formando a Missão Austríaca. A vinda de tantos estudiosos muito se deve à ação da própria imperatriz Leopoldina, que mostrava grande interesse pelas ciências naturais e pelas artes. Outro motivo foi a publicação do primeiro volume do livro do geógrafo alemão Alexander von Humboldt, *Viagem às regiões equinociais do novo continente*, feita de 1799 a 1804 por Alexandre de Humboldt e Aimé Bonpland, obra composta por 30 fôlios e quatro volumes.

Na Missão Austríaca estavam Karl Philip von Martius, Johann von Spix e Thomas Ender, entre outros. Após reconhecerem as regiões circunvizinhas do Rio de Janeiro, em dezembro de 1817, a expedição partiu para São Paulo. Depois, rumou para Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão e Pará. Em 1819, Spix e Martius chegaram ao Amazonas e seguiram separados: Spix subiu o Rio Negro e seus afluentes; enquanto Martius rumou para o Rio Solimões e Jupará. Assim, a expedição viajou cerca de 10 mil quilômetros pelo Brasil durante três anos (de 1817 a 1820), recolhendo informações sobre a flora, fauna e sociedade brasileiras.

Em abril de 1820, Spix e Martius voltaram a Belém. Pouco tempo depois, retornaram à Europa e chegaram a Munique em dezembro do mesmo ano, onde deram início ao trabalho de catalogação e classificação do material recolhido durante toda a viagem pelo Brasil. O resultado da Missão Austríaca foi a publicação dos livros *Reise in Brasilien* (*Viagem pelo Brasil*) e *Flora brasiliensis*.

1.3. Viagens e caminhadas através de um discurso simbólico

Desde o humanismo, viajar é a concepção moderna da vida como peregrinação do viver. No estudo das cidades, torna-se

imprescindível falar sobre os viajantes e do olhar do estrangeiro, pois este olhar é diferente do que habita a cidade, pelo que se pode depreender da literatura que aborda este tema.

A história dos povos está atravessada pela viagem, como realidade ou metáfora. Todas as formas de sociedade, compreendendo tribos e clãs, nações e nacionalidades, colônias e impérios, trabalham e retrabalham a viagem, seja como modo de descobrir o “outro”, seja como modo de descobrir a si mesmo.

Podendo ser filosófica, artística, ou científica, a viagem, em geral, compreende várias significações e conotações, simultâneas, complementares ou mesmo contraditórias. São muitas as formas de viagens reais ou imaginárias, demarcando momentos ou épocas mais ou menos notáveis da vida de indivíduos, famílias, grupos, coletividades, povos, tribos, clãs, nações, nacionalidades, culturas e civilizações. Toda viagem se destina a ultrapassar fronteiras, que pode ser através de dissolvê-las ou recriá-las, e faz isto ao mesmo tempo em que demarca diferenças, singularidades ou alteridades, demarca semelhanças, continuidades, ressonâncias. Para Ianni (2000, p.14), a viagem, como realidade ou metáfora, está sempre presente em muito do que é o imaginário das ciências sociais. Todo cientista social realiza algum tipo de viagem quando estuda, ensina ou pesquisa. Por toda a história de cada uma e de todas as ciências sociais, há sempre alguma contribuição do relato sobre outras terras, povos, formas de sociabilidade, culturas e civilizações. Por toda a história das ciências sociais, os principais autores têm sido viajantes ocasionais ou permanentes.

A vida só percebe o quadro da aventura e da viagem, quando estas são imanentes ao viver. É o resultado da aprendizagem do cotidiano. É uma busca do conhecimento, uma forma de ação e movimento. A viagem transforma, corrompe os costumes e rompe a certeza. A experiência da viagem coincide com a experiência da perda de identidade.

A incerteza e a viagem se forçam mutuamente. Épocas de identidade ameaçada forjam grandes viajantes; e os grandes

viajantes sempre sorriem com a dúvida no olhar. A incerteza em relação ao mundo onde a ordem teológica ruiu, leva o ilustrado a percorrê-lo e, assim fazendo, a questioná-lo inteiramente (SUBIRATS, 1986, p.69).

Em praticamente todos os campos de conhecimento, há sempre aqueles que realizam sua reflexão passeando o olhar por outros lugares e outras épocas, ou mergulhando-o no mesmo lugar, rebuscando épocas. A inquietação e a interrogação caminham juntas, sempre correndo o risco de encontrar o óbvio ou o insólito, o novo ou o fascinante, o outro ou o eu (IANNI, 2000).

O que é afinal, uma viagem? Que outros olhares ela propicia? As viagens, os contatos com outras culturas ampliam a visão de mundo e forjam homens capazes de provocar mudanças. Mudar os hábitos de um povo não é tarefa fácil. Com frequência, o tema da viagem, sob as mais diversas modalidades, está presente na literatura, assim como em outras linguagens artísticas.

Nessa busca do Brasil moderno, as raízes, os retratos e as viagens de ‘descoberta’ marcam também uma perspectiva cosmopolita, com características do moderno. Daí, a temática sobre as viagens e a figura do viajante exercer papel central nesse processo de renovação formal e temática, seja na literatura, nas artes plásticas, na música e no pensamento social brasileiro. Na procura do nacional, as obras evidenciam um Brasil enraizado no colonial (PIAZZA, 1999, p. 45).

O filósofo Michel de Certeau (1994) dá uma conotação muito apropriada ao ato de caminhar, que relacionamos com a viagem. Tanto a caminhada como as viagens seriam como a formulação de um discurso simbólico. A experiência do corpo no espaço, para ele, articula outros tempos, resgata memórias que acompanham os ritmos dos passos e, portanto, o imaginário atualiza-se no percurso urbano. É neste momento que se dá o ritmo de leitura desse texto simbólico de conteúdo individual e também coletivo. No limite, as caminhadas, como as viagens, são os substitutos das lendas que não conseguimos mais narrar, diz ele. Como andar e viajar são

“espaços de enunciação”, realiza-se a transformação do lugar abstrato em espaço que acolhe os sonhos, as lembranças, ou seja, os dispositivos simbólicos. Em outras palavras, o espaço para Certeau é o lugar praticado, o lugar vivido.

Rousseau também se deteve a analisar o passeio, que para ele, são elos que organizam as vistas resultantes das paradas momentâneas do caminho. Como um caminhante solitário, lança luzes sobre um possível sentido existencial vivido nas imagens do caminho. Este texto de Rousseau é bem elucidativo: “Nossa existência nada mais é do que uma sucessão de momentos percebidos através dos sentidos” (ROUSSEAU, 1986, p. 294).

Diz Sansot que “a paisagem é uma oferta do ser sensível, que se situa a meio caminho da esfera da presença e da representação” (SANSOT apud BELLUZZO, 2000, p. 20) Fica claro, portanto, que existem muitos olhares e que possíveis aparências passam pelo observador. É desta natureza o estranhamento da viagem: nunca é relativo a um outro, mas sempre relativo ao próprio viajante; afasta-o de si mesmo, deflagra-se na extensão circunscrita de sua frágil familiaridade, no interior dele próprio.

Muitos artistas confirmam o proveito de processos inerentes à condição do viajante ao estranhamento da paisagem. Por meio da viagem os europeus que nos visitaram, desenvolveram métodos de seleção, de vistas singulares, escolhendo dentre tantas visões possíveis, a que podia ser destacada. A condição da viagem equivale a um olhar desacostumado ao meio, predisposto a maior visibilidade que a do habitante.

O gosto pelo inusitado, desconhecido, foi um convite à aventura e à surpresa da viagem e é inseparável da prática do viajante. A viagem mostra-se um método de tirar o sujeito de seu meio e de experimentar uma outra visão. Com a viagem deixa-se a rotina e a identidade para trás, para redescobri-las em outra cultura, em meio ao estranhamento que a nova cultura causa em contraste com a própria cultura do viajante. A viagem treina um conhecimento por pontos de vista alternados, desenvolve a

capacidade de entrar e sair do assunto, em suma, condiz com a visão de múltiplos pontos de vista, individual e cultural.

'O mundo todo é nossa casa' não quer dizer que tudo seja igual; quer dizer que todos nos sentimos estrangeiros em relação a alguma coisa e a alguém. Sei que não digo nada de novo, mas talvez valha a pena refletir novamente sobre a fecundidade intelectual dessa condição (GINSBURG, 2001, p.11).

Sem sair do lugar, pode-se viajar longe, no tempo e no espaço, na memória e na história, no pretérito e no futuro, na realidade e na utopia. À medida que viaja, o viajante se desenraíza, solta, liberta-se. “No curso da viagem há sempre alguma transfiguração, de tal modo que aquele que parte não é nunca o mesmo que regressa” (IANNI, 2000, p.31).

Entre o olhar muito afastado, que se engana, e o olhar muito próximo, que se acostuma até nada mais enxergar, qual é a distância certa? A distância aqui considerada é mental e psicológica. Que recuo intelectual e efetivo se deve tomar para que um país, em seu conjunto e sua originalidade, nos apareça? Teriam mesmo os “viajantes” de antigamente boas chances de manter, com relação ao Brasil, este recuo na medida certa?

E que medida certa seria essa? Não há como precisar. Resta levantar questões que são inerentes a essa análise.

Esse é o ponto de partida de Olhos de Madeira, do historiador Carlo Ginzburg (2000). Mais indicativo que o título é o subtítulo: Nove reflexões sobre a distância. No caso de Montaigne, a distância se refere à capacidade de alheamento, de estranhamento, a fim de impedir que os hábitos e os automatismos cotidianos cancelem nossa percepção. Para ele, o estranhamento é um antídoto eficaz contra um risco a que todos nós estamos expostos: o de banalizar a realidade. Olhar uma pintura implica variar os pontos de vista, regular a distância, fazer esforços de “focalização”. Saber o que se quer olhar. A esse propósito nos diz Galard:

O que vem a ser um panorama, no século XIX, a não ser uma tentativa de abarcar um lugar por inteiro, ou antes [...] a tentativa

de se ver rodeado pela representação de um lugar, de modo a entrar, por assim dizer, num mundo idealizado?... O conjunto de uma cidade, de uma região e, a fortiori, de um país, sempre foge à vista. Perdoem-nos este truísmo: O todo nunca é perceptível (in AGUILLAR, 2000, p. 39).

O fenômeno crucial da velocidade, e da velocidade crescente, requer provavelmente uma reformulação dos princípios mesmos do pensamento estético, a começar por uma ampliação de nossas concepções de paisagem para além dos ideais bucólicos, dos sonhos de lentidão e das tranquilidades insulares, que irão predominar na forma de conceber a paisagem até meados do século XX.

O público mais interessado e interessante para a obra dos artistas viajantes não é aquele a quem originalmente se destinavam suas imagens, mas sim um outro que hoje, no próprio país que representaram, quer enxergar um reflexo distante no qual espera reconhecer-se um pouco no passado e no presente. Isso justifica o interesse que temos pelas obras dos viajantes estrangeiros, pois mesmo que mais ou menos distorcida, esta imagem foi sempre incompleta, e só se firmou ao atender à avidez do público europeu pelo exótico e o inesperado.

Portanto, ao estar aberto para deixar penetrar o tempo, o mundo do viajante poderá então, rearranjar internamente seus fundamentos a cada nova experiência significativa, a cada novo deslocamento. Viajar não é então, um simples deslocamento de corpos, mas, principalmente, uma aventura do espírito.

1.4. Viajantes que estiveram no Brasil no século XIX

Os viajantes que estiveram no Brasil no século XIX podem ser classificados em cinco grupos. O primeiro é o dos comerciantes, mineradores e outros homens de negócio, como os ingleses John Mawe (1764-1829) e John Luccock. O segundo é o dos nobres, diplomatas, militares e funcionários de governo, que moraram ou passaram pelo país em missão oficial, caso do americano Henry

Marie Brackenridge (1786-1871) e do cônsul britânico James Henderson (1783-1848). O terceiro é o dos cientistas, integrantes das inúmeras expedições que percorreram o país nesse período. Os mais famosos são os botânicos Auguste Saint-Hilaire (1779-1853), francês, e Carl Friedrich von Martius (1704-1868) e Johann Baptist von Spix (1781-1826), bávaros. O quarto grupo é o dos pintores e paisagistas, como o francês Jean-Baptiste Debret (1768-1848) e o austríaco Johann Moritz Rugendas (1802-1858). O quinto e último é composto por aventureiros, curiosos e pessoas que chegaram ao país quase por acaso. É um grupo que, curiosamente, inclui mulheres, como a francesa Rose Marie de Freycinet (1794-1832) e a inglesa Maria Graham (1785-1842).

1.5. A paisagem e o objetivo desses viajantes

O desejo de conhecer o país “exótico” não perpassava apenas os meios acadêmicos europeus, e muitos estrangeiros, cientistas ou não, escreveram suas impressões acerca do Brasil. Os interesses que condicionavam a escrita dos viajantes eram os mais diversos possíveis, variavam de questões pessoais a institucionais. No plano pessoal destacamos, entre outros, os estudos para formação acadêmica, o turismo, e questões profissionais e econômicas. No plano institucional destacamos que o vínculo entre “as viagens e os órgãos públicos dos países envolvidos foi, antes de tudo, uma contingência inevitável”, haja vista a diplomacia que envolvia as viagens. (LEITE, 1996, p.61)

O certo é que os viajantes perpassaram boa parte do território brasileiro e produziram relatos de especial valia para os historiadores do Brasil do XIX. Escreveram sobre suas vivências e observações em território brasileiro de acordo com suas formações e interesses. Muitas das escritas de viagem foram editadas e tiveram boa recepção no público editorial europeu (a possibilidade do mercado editorial também pode ser identificada como um interesse presente na escrita de viagem). Deste modo se

condicionou a propagação de “visões do Brasil” em território europeu via publicação das escritas de viagem. O esclarecimento dos interesses envolvidos nas escritas de viagem visa um uso mais consciente destas enquanto fonte histórica.

A viagem pitoresca pelo Brasil realizada por artistas amadores na primeira metade do século XIX é uma transposição de práticas européias e de modelos anteriores ao aparecimento da estética no século XVIII, na qual o sentimento assume a função de juízo estético. A beleza existe na natureza e é objeto dos sentidos, conhecida e julgada pelo intelecto. Há, portanto, que se enfatizar a concepção subjetiva e empírica da sensação e do sentimento.

1.6. O olhar europeu desses viajantes

O olhar e o discurso elaborado pelos Viajantes Naturalistas dos Séculos XVIII e XIX foram alguns dos elementos fundamentais na construção da identidade nacional e no surgimento das representações que alicerçaram a visão que temos hoje das características sócio culturais e geográficas brasileiras destas regiões que compõem a Estrada Real. Por meio dos seus relatos podemos reconstruir uma história regional. Ainda que este “olhar” estivesse moldado pela cultura europeia, esses viajantes deixaram fontes documentais preciosas para o entendimento toponímico dos lugares que passaram.

São muitos os caminhos e são muitos os olhos que passam pelos caminhos..., alguns cabisbaixos vão apenas medindo o tanto que já foi andado e o que ainda têm por andar... São olhos que aqui, nesta terra abençoada encontraram continuamente com o que se extasiar, o que admirar a cada pessoa, a cada momento... (NOGUEIRA, 2005, p.153)

Esses viajantes eram cientistas que desejavam conhecer os nomes dos lugares e decifrá-los etimologicamente. Buscavam, dentro do método de Lineu, classificar a fauna, a flora, os elementos geomorfológicos e a cultura sócio antropológica dos

grupos que habitavam estas terras. Investigavam tudo com olhar minucioso. Os documentos oficiais que encontravam nas igrejas e nos cartórios; a tradição oral e os costumes. O resultado das suas viagens deixaram à posteridade os relatos do que viram e os estudos que empreenderam.

Na história, tudo se constrói a partir do olhar. Ao longo do tempo, diante das riquezas e fascínios do Brasil, centenas foram os viajantes estrangeiros a retratar suas múltiplas visões sobre a terra descoberta pelos portugueses. No século XIX, muitos destes observadores europeus dedicaram-se, com afinco, à tarefa de recontar a seus conterrâneos, por meio de pinturas e relatos, suas experiências singulares em solo brasileiro.

Capítulo 2

O velho oeste ou zona oeste carioca

A Zona Oeste Carioca é uma região da cidade do Rio de Janeiro localizada a oeste do Maciço da Tijuca. Ocupa uma grande área do município e compreende os bairros de Anil, Bangu, Barra da Tijuca, Barra de Guaratiba, Camorim, Campo Grande, Campo dos Afonsos, Cidade de Deus, Colônia, Cosmos, Curicica, Deodoro, Freguesia de Jacarepaguá, Gardênia Azul, Gericinó, Grumari, Guaratiba, Inhoaíba, Itanhangá, Jacarepaguá, Jardim Sulacap, Joá, Magalhães Bastos, Paciência, Padre Miguel, Pechincha, Pedra de Guaratiba, Praça Seca, Realengo, Recreio dos Bandeirantes, Rio das Pedras, Santa Cruz, Santíssimo, Senador Camará, Senador Vasconcelos, Sepetiba, Tanque, Taquara, Vargem Grande, Vargem Pequena, Vila Militar e Vila Valqueire.

Geograficamente apresenta uma certa divisão por bairros:

Ao Norte do Maciço da Pedra Branca. Temos os bairros de Bangu, Realengo, Campo Grande e Santa Cruz.

Ao sul, entre o Maciço e o mar. Situa-se a Baixada de Jacarepaguá - Jacarepaguá, Freguesia, Taquara, Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Itanhangá, Vargem Grande, Vargem Pequena, Praça Seca.

Entre eles o destaque fica por conta da Barra da Tijuca que é um bairro residencial de classe alta e média alta que recebe um grande número de novos empreendimentos imobiliários, incluindo grandes hipermercados, shoppings e sedes de empresas. É um dos

bairros que mais cresce na cidade e onde está prevista a construção da Vila Olímpica de 2016.

Também os bairros do Recreio e de Jacarepaguá (principalmente na região do Riocentro e de Curicica e os bairros da Freguesia e Taquara) têm recebido lançamentos imobiliários. Há especial preocupação com construções nessas localidades, tendo em vista a agressão ao ambiente e a perda da tranquilidade de algumas áreas dessas regiões. Há lugares com limite para altura dos prédios. Em Vargem Grande, há problemas com construções irregulares de condomínios, restaurantes e shoppings. Na Freguesia, além da preocupação com o verde, existe o problema do trânsito, já que as ruas do bairro são pequenas e não estão dando conta do do fluxo de carros. Há também a preocupação com as lagoas da região e com a favelização de algumas áreas, algumas dessas tomadas por traficantes e milicianos na Cidade de Deus e Rio das Pedras.

Algumas áreas dessa região foram projetadas no Plano Piloto de Lucio Costa para Urbanização da Barra da Tijuca, Pontal de Sernambetiba e de Jacarepaguá, que permitiu a criação de grandes vias e a chegada de empresas e construções de condomínios na Barra, Jacarepaguá, Riocentro e no Recreio. Ainda falta a criação de duas linhas de metrô (linhas 4, Barra até a Zona Sul e 6, Barra até o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro-Galeão). No transporte rodoviário, a região conta com a Linha Amarela, e Av. das Américas.

Outros destaques ficam com o bairro de Campo Grande onde fica o Centro Esportivo Miécimo da Silva e o Campo Grande Atlético Clube. Um dos maiores polos comerciais da cidade, o bairro de Campo Grande também vem recebendo muitos lançamentos imobiliários. Em Santa Cruz situa-se a Base Aérea de Santa Cruz, um dos principais aeródromos militares da América Latina, onde está também construído o único Hangar para uso de Zepelins ainda existente e ainda um dos distritos industriais do município.

Em Realengo e Padre Miguel há algumas atividades culturais interessantes como a escola de samba Mocidade Independente de

Padre Miguel e o Bar do Baiano na Rua do Imperador, com cardápio musical variado, do jazz ao choro. Também conta-se com uma unidade escolar do tradicional Colégio Pedro II em Realengo.

Em Bangu encontramos clubes como o Bangu Atlético Clube, o Céres Futebol Clube, o Casino Bangu e o Bangu Campestre Clube, que fica hoje dentro dos limites do bairro do Gericinó.

A maioria dos bairros dessa região conta com o trem como meio de ligação ao Centro da cidade. Há também problemas com favelização. Na região de Guaratiba (Pedra de Guaratiba, Barra de Guaratiba, Praia de Guaratiba, Guaratiba e Santa Cruz), tem havido crescimento na especulação imobiliária, assim como ocorreu na Barra da Tijuca, para futura valorização. É uma região de futuro potencial, devendo receber a devida atenção e planejamento pelas autoridades.

Administrativamente é dividida em regiões Administrativas:

Barra da Tijuca (XXIV), Bangu (XVII), Campo Grande (XVIII), Guaratiba (XXVI), Jacarepaguá (XVI), Realengo (XXXIII), Santa Cruz (XIX).

A Subprefeitura faz o intermédio entre a população, de toda a área, e o Gabinete do Prefeito, do município. Suas atividades, são atribuídas com políticas públicas, feitas para os moradores melhorarem a qualidade de vida na região, contando com órgãos públicos, se necessário. Esta, é um dos responsáveis por desenvolver a ordem urbana, para moradores e visitantes, e ainda, revitalizar a região.

2.1. Aspectos históricos

Os quatro grandes bairros que compõem a Zona Oeste - e tomam os mesmos nomes das regiões - tem suas origens e explorações econômicas bastante variadas. O mais antigo deles é o bairro de Santa Cruz, fundado a partir da sesmaria criada em 30

de dezembro de 1567. Bangu e Campo Grande foram fundados bem mais tarde, em 1673. Realengo tem sua origem em 1814.

Entretanto, o desenvolvimento das atividades industriais e outras atividades, em todos os bairros, iniciou-se no final do século XIX: Bangu em atividades têxteis, Campo Grande em atividades ferroviárias e de bondes, assim como grande produtor de laranja e Santa Cruz como um importante entreposto de abate de bois, conforme o resumo por bairros a seguir.

2.1.1. Campo Grande

Inicialmente, o território correspondente a Campo Grande era habitado por índios Picinguabas. Segundo Fróes e Gelabert (2004), em 1569 esse território passou a pertencer à grande Sesmaria de Gericinó, que foi doada a João de Bastos e Gonçalo D'Aguiar. Desmembrada desta pouco antes de 1670, a área foi doada pelo governo colonial a Manoel Barcelos Domingues e, em 1673, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora do Desterro, marco histórico da ocupação territorial do local.

O cultivo da cana-de-açúcar e a criação de gado bovino foi a primeira atividades econômicas local. Do final do século XVI até meados do XVIII, a ocupação territorial foi lenta, apesar do intenso trabalho dos jesuítas, realizado no território vizinho de Santa Cruz. Os religiosos deixaram obras de engenharia de vulto como estradas, pontes e inúmeros canais de captação de água para irrigação, drenagem e contenção da planície, sempre sujeita às enchentes dos rios Guandu e Itaguaí.

Durante todo o século XVIII a ocupação territorial mais efetiva ocorreu em Santa Cruz, por causa do engenho dos jesuítas, e nas proximidades do centro de Campo Grande, cujas terras compreendem hoje as regiões de Bangu e Jacarepaguá. Essas terras eram atravessadas pela Estrada dos Jesuítas, mais tarde Estrada Real de Santa Cruz e pelas vias hidrográficas da extensa Freguesia de Irajá. Toda a área, na verdade, era uma única região, um

imenso sertão pontilhado por alguns núcleos nos pontos de encontro das vias de acesso, em torno dos engenhos e nos pequenos portos fluviais.

A característica nitidamente rural levou, durante quase três séculos, à aglomeração humana restrita às proximidades das fazendas e engenhos e às pequenas vilas de pescadores, ao longo da costa. Já no final do século XVIII, a Freguesia de Campo Grande começou a prosperar. Seu desenvolvimento urbano ocorreu a partir do núcleo formado no entorno da Igreja de Nossa Senhora do Desterro.

A partir da segunda metade do século XIX, a área começou a progredir com a implantação, em 1878, de uma estação da Estrada de Ferro D. Pedro II, em Campo Grande. O transporte ferroviário foi, então, o vetor que transformou esta região tipicamente rural em urbana, ao facilitar o acesso ao centro da Cidade. Em 1894, a empresa particular Companhia de Carris Urbanos ganhou a concessão para explorar a linha de bondes à tração animal, possibilitando que as localidades mais distantes fossem alcançadas, o que favoreceu o seu desenvolvimento urbano interno.

A partir de 1915, os bondes à tração animal foram substituídos pelos elétricos, permitindo maior mobilidade e integração entre os núcleos semi-urbanos já formados. Este evento acentuou o adensamento do bairro central de Campo Grande e estimulou o florescimento de um intenso comércio interno, de certa forma, independente. O bairro que historicamente já era o ponto de atração do crescimento da região, tornava-se agora sua mola propulsora adquirindo características tipicamente urbanas. Com as crises da cultura do café, iniciadas no final do século XIX e persistindo no século seguinte até 1929, a região voltou-se para uma nova atividade: a citricultura.

Desde os primeiros anos do século XX e até os anos 40, Campo Grande foi considerada a grande região produtora de laranjas, o que lhe rendeu o nome de "Citrolândia". Ao lado de Realengo, Jacarepaguá e Santa Cruz, Campo Grande figurava, até

1939, entre os maiores produtores de Laranja, chegando a exportar 144.557 toneladas do produto.

Durante o governo do presidente Washington Luis, na década de 1930, a Estrada Real foi incorporada à antiga Estrada Rio-São Paulo. Esse fato integrou Campo Grande ao tecido urbano da Cidade, acentuando seu adensamento. Em 1946, a abertura da grande Avenida Brasil aproximou ainda mais a Região do restante da Cidade. Criada para escoar a produção das indústrias cariocas, a nova via não teve o fluxo esperado, durante a década de 1950.

A criação da rodovia Presidente Dutra, ligando o Rio a São Paulo, desviou o fluxo de mercadorias para outra direção e a região ficou estagnada, em termos de adensamento e desenvolvimento industrial. A partir da década de 1960, surgiram os distritos industriais em Campo Grande e Santa Cruz, resultando na instalação de grandes empresas, como a siderúrgica Cosigua-Gerdau, a Michelin e a Valesul, entre outras. Hoje, o comércio no bairro é auto suficiente, exercendo atração sobre outras regiões. O setor industrial também está em alta. Campo Grande possui um Distrito Industrial localizado no quilômetro 43 da Avenida Brasil, abrangendo ainda a Estrada do Pedregoso.

2.1.2. Santa Cruz

A antiga terra de Piracema, ocupada até o início do século XVI por índios da Nação Tupi Guarani, passou a ser denominada Santa Cruz em 30 de dezembro de 1567, com a chegada dos colonizadores portugueses, tendo à frente o primeiro Ouvidor-Mor da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Cristóvão Monteiro e sua esposa, a senhora Marquesa Ferreira.

Aos padres Jesuítas da Companhia de Jesus que receberam a antiga sesmaria como doação, coube a árdua tarefa da medição do latifúndio e todo o processo de beneficiamento das férteis terras, desde o final do século XVI até o ano de 1759, quando foram expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal. Santa Cruz foi uma

das mais prósperas fazendas brasileiras, destacando-se a produção agro-pastoril em todo o século XVIII, onde o escravo africano contribuiu decisivamente para o sucesso do empreendimento da Companhia.

A fazenda dos jesuítas era tão importante para o governo colonial que suas terras não foram postas em leilão, após a expropriação, tendo sido incorporadas ao patrimônio oficial e depois transformadas por D. João VI em Fazenda Real de Santa Cruz, após a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808. Com a chegada da comitiva real, a cidade do Rio de Janeiro modificou-se muito e todas as regiões tipicamente rurais sofreram sua influência. As atividades econômicas e culturais aceleraram-se e a zona rural voltou-se para o abastecimento da Cidade e para os benefícios trazidos pela corte. Não houve, porém, uma aceleração do desenvolvimento da região, que continuou a manter suas características rurais.

Com a chegada de D. João VI e de toda a nobreza portuguesa em 1808, Santa Cruz recebeu a denominação de Fazenda Real e, depois, Imperial, acolhendo por longas temporadas o Rei, os Imperadores e todos os seus herdeiros, no prédio do antigo convento jesuítico, já ampliado e transformado em Palácio.

A partir de 1881, o Matadouro de Santa Cruz passou a servir como centro irradiador do desenvolvimento sócio econômico, cultural e político da região que hoje é identificada como Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro.

Na década de 1930, o governo Getúlio Vargas desencadeou grandes empreendimentos em obras de saneamento, visando trazer de volta a salubridade e a conseqüente valorização das terras, tentando recuperar assim, o dinamismo econômico da região, a partir da criação das Colônias Agrícolas.

Com o intenso desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, ocorrendo em todas as direções, é criada em Santa Cruz, a Zona Industrial, provocando igualmente a sua urbanização, a exemplo da construção dos conjuntos habitacionais populares.

2.1.3. Bangu

A origem do bairro Bangu remonta a meados do século XVII, mais exatamente em 1673, quando o nome "Bangu" foi registrado oficialmente em documentos oficiais de propriedade, como o da Fazenda Bangu, que foi grande produtora de açúcar e seus derivados.

A palavra Bangu tem dois significados distintos: uma com significado de "anteparo negro, paredão negro" (origem Tupi), a outra vem do africano banguê, nome dado pelos escravos ao local do engenho onde se guardava o bagaço da cana-de-açúcar.

Inicialmente com atividades econômicas principalmente rurais, iniciou sua industrialização a partir das atividades têxteis, quando, no ano de 1889, foi fundada a Companhia Progresso Industrial do Brasil (Fábrica Bangu). A partir da fundação da Fábrica, o espaço rural foi se transformando rapidamente em urbano, contribuindo para um povoamento acelerado, devido à necessidade de operários para a Companhia, sendo também responsável por trazer para a região importantes obras, entre elas a Estação Ferroviária de Bangu, em 1890; o ramal ferroviário de Santa Cruz, em 1892; a fundação da Paróquia de São Sebastião e Santa Cecília, em 1908, viabilizando um progressivo processo de urbanização e desenvolvimento.

Sendo uma das regiões que mais cresce na Zona Oeste, a região de Bangu conta com uma população estimada em 240.000 habitantes, e setores em pleno desenvolvimento, como o habitacional, comercial, cultural, etc. Não podemos deixar de falar do Calçadão de Bangu, que é o pólo do comércio local, e também palco de grandes eventos como o aniversário da XVII região administrativa, que anualmente é realizado com o tradicional corte do bolo de aniversário, que a cada ano aumenta um metro, em referência a idade da Administração Regional.

2.1.4. Realengo

O território entre as Serras da Pedra Branca e Serra do Mendanha deve seu nome, segundo a tradição popular, a corruptela do termo “Real Eng” (abreviação de Real Engenho) que vinha afixado sobre as placas no topo dos bondes, o que com o passar do tempo, se tornou popularmente Realengo.

Recentemente pesquisadores defendem a idéia de que a verdadeira origem do nome do bairro deriva de "terras realengas" que quer dizer “terras distantes do rei”. Comprovadamente as denominadas Terras Realengas têm sua origem, segundo alguns historiadores, pela Carta Régia de 27 de Junho de 1814, através da qual o príncipe-regente a concedeu em sesmaria ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro os terrenos situados em Campo Grande, chamados de realengos. A concessão das terras onde hoje é o bairro Realengo, central e periferia, foi destinada apenas para servir de pastagem de gado bovino, fornecendo carne aos talhos (açougues) da cidade. Estas terras foram proibidas de venda ou quaisquer outras formas de alienação, obrigando-se a Câmara, a fazer a medição e trazê-las limpas em condições de servir ao fim para que foram doadas pela mencionada carta régia.

O povoado de Realengo foi delimitado territorialmente pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro, através da provisão de 18 de julho de 1814, tomando a Coroa posse das terras testadas pela Estrada de Santa Cruz e com fundos de vinte braças no máximo. Apesar da proibição expressa de arrendamento, vendas ou quaisquer outras formas de alienação, a Câmara, a partir de certa época, valendo-se da carta régia de 27 de junho passou a aforar todos os terrenos concedidos.

O bairro teve entre os seus primeiros povoadores, escravos e emigrantes portugueses da Ilha dos Açores, por ordem do príncipe-regente. Ao chegarem, se dedicaram à agricultura para pastagem levando produtos como açúcar, rapadura, álcool e cachaça, pelo porto de Guaratiba. Pelas pesquisas, ao contrário das

regiões limítrofes, não houve um só engenho em Realengo; tudo era levado para sofrer processo de transformação em outras propriedades.

Durante o Primeiro Reinado, o imperador Dom Pedro I costumava ir para a Fazenda de Santa Cruz pela Estrada Real de Santa Cruz, que passava pelo Real Engenho, onde muitas vezes pernoitou.

No final do século XIX foi inaugurada a Fábrica de Cartuchos de Realengo, e a partir dos anos 1930 vieram os conjuntos habitacionais do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários), conhecido por "Coletivo", que serviria para os operários da fábrica.

A partir da década de 1970 inicia-se a ocupação efetiva da região que perde o aspecto mais rural. São criados diversos Conjuntos Habitacionais para população de baixa renda, dentre eles destaca-se a Companhia de Habitação, referência ao plano de habitação popular do Banco Nacional de Habitação (BNH). Tradicionalmente na historiografia, Realengo está associado à escola de formação de oficiais que se situa neste bairro, a Escola Militar de Realengo que teve papel importante à época do Tenentismo.

Célebre na canção "Aquele Abraço" do cantor Gilberto Gil, o bairro ficou nacionalmente conhecido. Na verdade, mais que uma homenagem ao bairro, faz referência velada aos quartéis onde ele e outros artistas, como Caetano Veloso e Gilberto Gil, estiveram presos durante a Ditadura Militar.

2.1.5. Estrada Real de Santa Cruz

Falando de viajantes, não poderia deixar de citar aqui a Estrada Real de Santa Cruz, também chamada Caminho dos Jesuítas, Caminho Imperial, Caminho das Minas, Estrada Real de Santa Cruz e Estrada Imperial de Santa Cruz, foi uma via que unia a cidade do Rio de Janeiro ao sertão e a São Paulo, passando pela

Fazenda dos Jesuítas. Foi ela a principal rota dos viajantes estrangeiros que passaram pela Zona Oeste Carioca e também fazia parte da Estrada Real, que ligava o Rio de Janeiro às Minas Gerais, por onde vinha o ouro a caminho da metrópole portuguesa.

Sua existência tem início nos fins do século XVI, através dos jesuítas, sendo um dos raros empreendimentos de utilidade pública de então, pois as estradas nessa época, eram inexistentes devido a proibição do Reino para impedir a evasão do ouro.

Só depois que o mar engoliu muito ouro, vindo do porto de Parati, muitas vezes também pilhado pelos piratas que infestavam a baía de Sepetiba, é que o governo português resolveu mandar construir a estrada das Minas, o famoso “Caminho Novo”.

Expulsos seus primeiros construtores, passou a “Estrada Real” a ser transitada pelos vice-reis, autoridades, viajantes, tropeiros e quem dela se utilizasse para as caminhadas à Corte, às suas propriedades e demais locais adjacentes. E com a vinda de D. João para Santa Cruz, teve sua época de esplendor, recebendo melhoramentos sem conta desde o seu início até além do seu final, promovidos pelo Intendente de Polícia, Paulo Fernandes Viana, quando, então, foram construídas as pontes de Piraquara, Bangu e Cabuçu. Antigamente, constituía atribuição da Polícia “velar pela conservação das estradas e seus reparos, abertura de novos caminhos; desinfecção dos currais e matadouros e providenciar para que houvesse abundância de água de beber”, conforme ordenava a Instrução de 4-11-825. (2) O Intendente Viana, muito fez pela Estrada Real, a fim de que seu augusto amo, que o prestigiava, viajasse com bastante comodidade e segurança. Assinalavam o percurso da então movimentada via, doze marcos de pedra (3) indicando igual número de léguas, suposta distância entre a cidade e Santa Cruz, pois era crença entre o povo, que o rei não podia residir mais de doze léguas fora da capital. Que a distância fora medida a olho não existe dúvida, visto entre um e outro marco, não se observar igualdade de medição.

Os citados marcos, foram colocados em 1827, e alguns deles ainda podem ser vistos ao longo da estrada, assinalando locais, como o conhecido marco seis, em Bangu, para não falarmos no sempre citado marco onze.

Estrada bastante sinuosa e rústica, sua utilidade só poderia ser desfrutada em tempo seco, assim mesmo suportando desagradáveis consequências; as estradas antigas revelavam em sua construção deficiência técnica sem comparação, sobressaindo-se a incômoda e detestável poeira levantada pelas “tropas”, bem numerosas no vai e vem cotidiano ou pela constante descida de gado, do sertão.

Mas isto naqueles tempos, não constituía transtorno para aquela gente, que habituada a vencer dificuldades pela precariedade das vias de comunicação, dominava no lombo do burro as distâncias e os espinhos da profissão, com a mesma paciência com que mais tarde faziam suas viagens nos vagarosos carros de bois.

Em compensação, o viajante gozava da linda paisagem, e jamais cansava-se de contemplar a majestade da natureza, hoje devastada para dar lugar a conquista do progresso, como denominam as depredações, quantas vezes desnecessárias, principalmente nas modernas rodovias

Como rodovia essencial para a vida econômica da cidade, sempre recebeu assistência técnica e material da administração pública. Em 1865, foi pavimentada (na época se dizia calçada), com grandes blocos de pedra comum, providência considerada oportuna, embora o material fosse excessivamente rústico, mas uma sensível melhoria abolindo de uma vez, os atoleiros e lamaçais, que por muito tempo dificultavam o deslocamento das viaturas (carroças, carruagens), muitas delas pesadas (zorras, carretões), nos dias chuvosos.

Esta estrada, que sentiu em seu dorso o rodar das carruagens de reis, imperadores, príncipes, nobres e plebeus, e que na República suportou as rodas de “Vitórias” e “Packards”

conduzindo vultos da aristocracia urbana e rural, ministros, chefes de Estado, políticos, fazendeiros abastados e toda a série de viajantes de ontem e de hoje, foi palco, também, de um acontecimento ruidoso na era imperial: o sensacional roubo do “Tombo das Medições dos Jesuítas da Fazenda de Santa Cruz”, nas imediações de Santíssimo, documento único em que se definiam os limites da grande propriedade e estabeleciam os marcos das possessões vizinhas.

Infestada de salteadores e ciganos, seu trajeto, muitas vezes, tinha de ser cauteloso e só nas “estações de muda”, paravam os viajantes. Eram oito a dez horas no trajeto da cidade a Santa Cruz, com paradas para “mudas” (trocas de animais) em Campinho e em Santo Antonio do Joari, atual Campo Grande, onde o cidadão Veneroti, comerciante e sub-delegado, providenciava o necessário para o prosseguimento da viagem, muitas vezes com o Imperador-Menino à frente, rumo a Santa Cruz. Em Campinho, um dos seus abastados moradores, prestava devida assistência, tratando o melhor possível a comitiva real.

Nos povoados, era muito comum o agrupamento de moradores em suas margens e nas estalagens, notadamente na “Venda do Santíssimo”, para assistir a passagem do Rei, rumo a Santa Cruz, e também durante o regresso. Até o grande naturalista Freire Alemão ali acorria para ver, também, o cortejo real, como ele declara em suas memórias inéditas.

Durante o período colonial e imperial, foi grande o movimento de “tropas” que transitavam por ela diariamente, com mais de duas mil bestas, conduzindo a produção do sertão carioca (cereais, lombo salgado, queijo, fumo, café, etc.). Era o único meio de comunicação da época, levando e trazendo artigos de consumo, e também notícias.

Atualmente o nome Estrada Real desapareceu da nomenclatura oficial, mas a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, com o apoio de várias universidades da Zona Oeste, tem procurado resgatar uma parte dessa memória esquecida da história do Brasil

mediante a instalação de uma sinalização indicadora do traçado do antigo Caminho Real e Imperial.

Iniciando no Largo da Cancela, no bairro de São Cristóvão, antigamente considerado a entrada terrestre da cidade, a estrada corresponde hoje a uma série de vias importantes: Rua São Luís Gonzaga, Avenida Dom Hélder Câmara (antiga Avenida Suburbana), Avenida Ernani Cardoso, Estrada Intendente Magalhães, Avenida Marechal Fontenelle, Avenida Santa Cruz, Rua Artur Rios, Avenida Cesário de Melo, Rua Felipe Cardoso.

Mesmo sendo toda fragmentada nas várias denominações que recebeu, ela sempre

será conhecida por sua histórica legenda: Estrada Real de Santa Cruz.

Capítulo 3

Viajantes estrangeiros que passaram pela zona oeste carioca no século XIX

Ao longo do século XIX, inúmeros viajantes estrangeiros passaram pela antiga Zona Oeste Carioca através da antiga Estrada Real de Santa Cruz, deixando registradas em várias obras, muitas informações e observações referentes aos locais visitados.

Dessa grande quantidade de estrangeiros, viajantes e aventureiros, que escreveram suas impressões e crônicas sobre a Zona Oeste Carioca, podemos destacar vários deles que fizeram seus relatos sobre a região.

3.1. Benjamim Mary

Em fevereiro de 1834, aportava no Rio de Janeiro, após 64 dias de viagem, um navio inglês procedente de Falmouth, trazendo a bordo o encarregado de Negócios da Bélgica no Brasil, Benjamin Mary, diplomata por opção, magistrado por formação e artista por vocação.

O País não vivia uma das melhores fases da sua história. Afinal, o fundador da monarquia brasileira abdicara, há pouco mais de dois anos, em favor do seu filho, o Príncipe Dom Pedro de Alcântara, o qual, por ser menor de idade, não poderia governar. A instituição do Governo Regencial, prevista na Carta Magna de 1824, provocou revoltas em vários pontos do vasto território nacional; a Cabanagem, na Província do Pará; a Balaiada no

Maranhão; e, anos depois, a Sabinada na Bahia, como também a Farroupilha, no sul do país, além de outras rebeliões menores.

A população da Imperial Fazenda de Santa Cruz ainda se recordava – com toda certeza, daquele que foi, incontestavelmente, um dos principais benfeitores dessas terras – Dom Pedro I. É bastante provável que a escravaria, na sua quase totalidade, ainda não se dera conta de que D. Pedro I abdicara do trono brasileiro para se tornar D. Pedro IV – Rei de Portugal.

No dia 18 de agosto de 1834, poucos dias depois da assinatura do Ato Adicional à Constituição de 1824, chegava à Santa Cruz o primeiro embaixador da Bélgica no Brasil – Benjamin Mary, aqui retornando em novembro de 1837.

O diplomata fora nomeado em 27 de julho de 1832, somente tendo embarcado em 6 de dezembro de 1833, fazendo escala nas Ilhas Canarias, em Olinda e Salvador. Aqui no Rio de Janeiro, Benjamin Mary apresentou suas credenciais a Dom Pedro II, que contava então com apenas 8 anos de idade.

Conta-nos o Barão de La Vaillée¹ que Benjamin Mary era originário de uma família ligada a magistratura, tendo estudado Direito em Bruxelas, e passado sua infância em Enghien, onde morava com seu tio materno José Parmenties, um dos maiores horticultores belgas, possuidor de grandes estufas e hortas. Ali, Benjamin sentiria despertar seus interesses pela flora tropical. “Sua grande facilidade para o desenho” nas palavras do seu irmão Eduardo, iria estimulá-lo bastante nesses estudos.

Apesar do seu grande interesse pela Botânica e de sua formação em Direito, Benjamin Mary iria ingressar na carreira diplomática, desejoso que era de conhecer o mundo, fixando-se, em princípio na Cidade de Namur, onde tornou-se um dos Membros dos Estados Provinciais, sendo eleito ao cargo de deputado suplente ao Congresso Nacional, não chegando a exercer o seu mandato parlamentar.

¹ LA VAILLÉE, Barão de – prefácio da obra “Desenhos antigos dos arredores do Rio de Janeiro”.

A vinda de Benjamin Mary para o Brasil, na qualidade de 1º. Embaixador da Bélgica no nosso país, justificava-se na medida em que o diplomata deveria conseguir, que fosse estendido ao seu Governo, às disposições do tratado de comércio, que fora celebrado, anos anteriores, com o Reino dos Países Baixos.

Ao que parece, Benjamin Mary não encontrou grandes dificuldades para alcançar o objetivo almejado, graças à sua inteligência e tenacidade. Aprendeu o português muito rapidamente, instalou-se em uma residência agradável no Catete e estabeleceu laços de amizade com os principais políticos daquela época.

A presença de Benjamin Mary na antiga Fazenda Imperial de Santa Cruz, ocorreu, conforme já foi assinalado, em agosto de 1834, e novembro de 1837, tendo o artista pintado um panorama geral da fazenda e aspectos da antiga fonte.

Além de hábil diplomata, invejado durante anos por seus colegas acreditados junto à Corte, Benjamin Mary era aplaudido com desenhista, o que muito lhe valeu para abrir às portas dos salões do Rio de Janeiro, já que era um profundo conhecedor da cidade e principalmente dos arredores, que frequentava com bastante assiduidade, sempre transportando o seu estojo de pinturas e produzindo “aguadas” de nanquim e de sépia, e desenhos a “crayon” ou guache.

Em viagem que empreendeu do Rio de Janeiro à Ubatuba, com escalas em Sepetiba, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis, Ilha Grande e Parati, Benjamin Mary executou, segundo Gilberto Ferrez, os únicos trabalhos iconográficos dessa região naquele período. “Apreciamos também – continua G. Ferrez – uma grande série de aspectos da flora das ilhas e praias da baía da Guanabara, que nos dão a impressão que Mary, nos dias de lazer, metia-se numa canoa e passava o dia percorrendo-a em todos os sentidos, desenhando com a mesma facilidade com que hoje tiramos fotografias”.

“São pequenas manchas e esboços executados com grande liberdade, com uma interpretação muito pessoal, nada acadêmica, dando-nos a impressão de pinturas modernas, e onde melhor se aquilata a sensibilidade artística desse belga diante da paisagem brasileira, ao longo da costa marítima da Serra do Mar”.²

3.2. Carl Friedrich Gustav Seidler

Carl Friedrich Gustav Seidler foi um viajante suíço-alemão, contratado pelo agente dos assuntos políticos, major Georg Anton von Schaffer, para servir no Batalhão de Mercenários do exército imperial durante a Campanha Cisplatina. Chegou ao Brasil como segundo-tenente, pensando que seria promovido a feld-marechal de campo, como isso não aconteceu, tudo aqui para ele, era ruim e desprezível. Por isso Santa Cruz sofreu com suas observações maledicentes.

Veio no navio Caroline, que, pela terceira vez, vinha para o Brasil, tendo saído de Hamburgo em 16 de novembro de 1825 e chegando ao Rio de Janeiro em 26 de fevereiro de 1826, com mais ou menos 200 pessoas a bordo.

Seidler veio como comandante do Caroline e Jacob v. d. Wetterm, como capitão. Das 24 viagens efetuadas entre 1823 e 1827 trazendo imigrantes alemães chegados ao Rio de Janeiro e destinados ao Rio Grande do Sul, esta era a sua décima nona viagem.

Carl Seidler foi testemunha ocular do funeral da imperatriz Dona Leopoldina ocorrido na noite de 14 de dezembro de 1826. Chegou ao Brasil com o intuito de fazer fortuna, mas como não obteve sucesso, quando retornou à Alemanha escreveu um livro cheio de animosidade sobre o país que não o tornou milionário.

Seu livro “Dez Anos no Brasil” é um valioso depoimento de um oficial alemão, a serviço de D. Pedro I. Tendo vivido um

² FERREZ, Gilberto - Introdução da obra citada - Banque Italo-Belga S/A - Bruxelas.

decênio entre nós, como oficial mercenário do exército imperial, Carl Seidler pôde observar, de perto e com vagar, certos aspectos da nossa vida social e política. Escrito entre os anos de 1833 e 1834, A obra encerra em suas páginas pitorescos e movimentados aspectos de nossa vida civil e militar de mais de um século atrás. Primoroso trabalho de um observador de condições modestas, que escreve o que sente e o que sentem os que o cercam, que diz exatamente o que anda na boca do povo, constitui, sem dúvida alguma, documento útil e digno de atenção de todos quantos desejam ter um panorama dos usos e costumes do Brasil nos seus primeiros anos como nação independente.

Na sua passagem pela Zona Oeste Carioca, Seidler cita Santa Cruz, a Fazenda e a Estrada Real nas páginas 58 e 59:

A dez léguas do Rio de Janeiro a estrada atravessa a cidadezinha de Santa Cruz, pertencente à grande fazenda do mesmo nome,, com 4 a 5 léguas quadradas de área, a qual antigamente era propriedade particular do imperador, mas que agora pertence à nação, pois que o govêrno afirma que D. Pedro a adquirira por forma ilícita. O imperador tinha aqui um palácio, que por causa da caça ele visitava frequentemente. Mais de mil escravos, todos pertencentes a ele, estavam sempre entregues ao cultivo dos extensos campos; também lhes competia tratar de uma porção de cavalos, bois, porcos e aves. Todos os produtos de S. Cruz eram diversas vezes na semana na semana expedidos à venda para a cidade e rendiam enormemente ao imperador ávido de dinheiro, que pessoalmente se ocupava com a administração dessa fazenda, nos mínimos pormenores. Aliás D. Pedro, é sabido, empregava muitíssimo mais tempo e atenção na administração da sua fortuna pessoal do que na do Império e tinha muito mais jeito para enriquecer pessoalmente do que para reerguer as finanças do Estado, profundamente decaídas. Raia pelo fabuloso o que de prata, ouro e diamantes êle levou consigo ao ser destronado; sem dúvida era o homem mais rico de seu tempo.

A estrada atravessa essa propriedade e custou aqui enormes dispêndios porque sobre o solo pantanoso houve que construir em muitos pontos aterrados de seis a oito pés de altura; não

obstante quando caem chuvas prolongadas a estrada fica tão má que os cargueiros atolam até a barriga na lama.

A cidadezinha mesmo não pode absolutamente ser chamada bonita; consiste numa única fileira de casinhas baixas e mal construídas, geralmente penates de pobreza e desasseio.

3.3. Daniel Parish Kidder

Alguns viajantes, antes de iniciar seus relatos, apresentaram a trajetória do país desde o descobrimento até o momento de sua visita, agregando um caráter histórico à sua narrativa. Esse é o caso de Daniel Parish Kidder, um pastor metodista americano, natural da cidade de Darien (Estado de Nova York), que em 1837 veio para o Brasil a mando da American Bible Society com o encargo de percorrer o país e "distribuir Bíblias a quem quisesse aceitá-las". O empenhado pastor, que futuramente ocuparia importantes cargos na Igreja Metodista americana, permaneceu pouco mais de três anos entre os brasileiros, retornando para os EUA, no ano de 1840, em decorrência da morte de sua mulher. As observações que recolheu durante essa prolongada visita ficaram conhecidas por meio de dois livros: "Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil" (1845), dividido em duas partes, "Províncias do Sul" e "Províncias do Norte", e "O Brasil e os Brasileiros" (1857), escrito em parceria com um outro pastor metodista que também passara algum tempo no país, James C. Fletcher. "Apreciadíssima pelos eruditos" A primeira parte de "Reminiscências" foi publicada pela editora do Senado Federal, colocando à disposição dos interessados uma obra que, como bem destaca Ruben Borba de Moraes, é "conhecida e apreciadíssima pelos eruditos". O relato, primeira publicação americana que trata "exclusivamente do Brasil", como assevera o próprio autor, realmente justifica tal apreço.

Lançando mão das notas que tomou durante a sua estada no país e recorrendo à leitura das obras de Robert Southey, John Armitage, John Mawe e outros, Kidder compôs um dos panoramas

mais interessantes e detalhados do Brasil da primeira metade do século 19. O livro, apesar de contar em algumas edições com o subtítulo "Províncias do Sul", limita-se a descrever a cidade do Rio de Janeiro e a viagem que Kidder empreendeu a São Paulo. Não se trata, porém, de uma descrição qualquer, feita por um viajante apressado. Ao contrário, o pastor, além de ser um observador arguto, se mostra bastante bem informado sobre a história do país.

Ao falar do Rio de Janeiro, por exemplo, ele tem o cuidado de traçar uma breve história da cidade desde a França Antártica ao período das Regências, para depois então descrevê-la em detalhes. Entre dezenas de outros aspectos, não passaram despercebidos ao metodista o porte majestoso de certas edificações, as agitações da vida política, a riqueza e beleza da região circundante e a variedade do comércio local. Também não lhe passaram despercebidos o péssimo estado da higiene urbana, a precariedade dos serviços públicos, a enorme quantidade de mendigos e doentes que vagavam pelas ruas e um sem-número de outras mazelas que assolavam a capital do país. Dos cariocas, as notas mais salientes que deixou dizem respeito à expansão das atividades intelectuais e à religiosidade. A propósito das práticas devotas, Kidder, como um bom metodista, destaca que eram excessivas e marcadas pela superstição, mas que estavam a tal ponto em declínio que era "reduzido o número de fiéis" que frequentavam as igrejas.

O pastor, além de ser um observador arguto, se mostra bastante bem informado sobre a história do país. Tendo partido do porto do Rio de Janeiro com destino a Santos em janeiro de 1839. Antes de lá chegar, passou por Santa Cruz, sendo um dos primeiros evangélicos a pisar nas antigas terras jesuítas, fazendo também escala em Angra dos Reis, Parati e São Sebastião.

Na sua passagem pela Zona Oeste Carioca, cita a Fazenda Imperial de Santa Cruz no seu livro "Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil", p. 135.

Onze léguas além de S. Cristóvão, em direção ao poente, fica a Fazenda de Santa Cruz. Essa propriedade agrícola é visitada de tempos em tempos pela família imperial, que lá vai à procura de recreio. Imenso trato de terra onde labutam numerosíssimos escravos, foi em épocas remotas a sede de um colégio de jesuítas, mas, há já muitos anos que é um próprio da Coroa. Até agora, porém, a quase totalidade de sua área mantém-se inculta. Consta que a parte cultivada se acha num estado intermediário, apesar dos gastos com ela feitos. Essa circunstância, por si só é suficiente para indicar o baixo nível da agricultura, em geral, através do Império, em reforço de cujo argumento basta acrescentar que o arado é quase totalmente desconhecido lá.

3.4. Ferdinand Dominik Sochor

“No século XIX, as intensas relações austro-brasileiras tiveram origem e maior motivação na solidariedade dinástica decorrente do casamento da Arquiduquesa Carolina Josefa Leopoldina, da Casa dos Habsburgos com o Príncipe D. Pedro da Casa dos Braganças.

A partir de interesses de Estado e dos laços familiares, a Áustria passou a exercer uma grande influência política, diplomática e cultural sobre a nascente Monarquia brasileira, principalmente através de seu genial estrategista político, o Príncipe de Metternich, Ministro de Negócios Estrangeiros.

Em 1817, a Áustria, logo depois do badalado casamento, enviou ao Brasil, por ocasião da vinda de D. Leopoldina, uma famosa Expedição Científica, constituída, além dos alemães Martius e Spix, de eminentes cientistas austríacos, destacando-se Johan Natterer, Thomas Ender (pintor e desenhista), Johann Emmanuel Pohl e Dominik Sochor que visitaram a Fazenda Imperial, deixando-nos em seus relatos de viagem, referências interessantes, impressões e desenhos (Ender) sobre a Fazenda e o Palácio. Daqui de Santa Cruz, saíram as primeiras coleções de plantas e animais que deram início a formação do Museu Brasileiro de Viena.” (In Quarteirão Ecomuseu. Maio, Junho, 1993. Pág. 5)

Dominik Sochor, era um caçador imperial e um excelente e habilidoso taxidermista. Foi ele quem auxiliou Johann Baptist von Natterer durante a expedição que durante dezoito anos (1817-1835) percorreu às imensas e desabitadas regiões do interior do Brasil, desde a Amazônia e Centro-Oeste até o Sudeste (passando pela Zona Oeste Carioca) e parte do Sul do País.

3.5. Georg Heinrich von Langsdorff

A Expedição Langsdorff foi uma expedição russa organizada e chefiada pelo Barão Georg Heinrich von Langsdorff, médico alemão naturalizado russo, que percorreu, entre os anos de 1824 a 1829, mais de dezesseis mil quilômetros pelo interior do Brasil, fazendo registros dos aspectos mais variados de sua natureza e sociedade, constituindo o mais completo inventário do Brasil no século XIX.

A expedição fazia parte do esforço do Governo do Czar Alexandre I para reavivar as relações comerciais entre o Brasil e a Rússia que haviam sido muito prejudicadas pelo embargo imposto por D. João VI. Contando com o apoio do jovem Imperador D. Pedro I e de José Bonifácio que forneceram, em nome do Império, créditos vultosos e vantagens alfandegárias a expedição visava "descobertas científicas, investigações geográficas, estatísticas e o estudo de produtos desconhecidos no comércio"

As pesquisas se iniciaram com breves viagens a Minas Gerais, em 1824, e pelo interior do estado de São Paulo, em setembro de 1825.

A viagem se realizou em duas partes. A primeira, em 1824, em Minas Gerais. Nessa etapa, o pintor Johann Moritz Rugendas realizou inúmeras pinturas. Depois, desistiu de acompanhar a expedição russa, seguindo trajetória própria. Após consultar pessoas de sua confiança do interior da Província de São Paulo (a família Engler, de Itu, especialmente), o Barão de Langsdorff

decidiu que a segunda etapa da viagem – para o interior do país – seria feita por rios.

A viagem foi organizada em Porto Feliz (SP), com a participação do médico e político dessa cidade, Dr. Francisco Álvares Machado. Sua partida se deu em 22 de junho de 1826, do porto no Rio Tietê, Porto Feliz. Trajeto: Rios Tietê, Paraná, Pardo, Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá, Preto, Arinos, Juruena, Tapajós, Amazonas. Principais tripulantes, além do comandante: os artistas Aimé-Adrien Taunay e Hercules Florence, o astrônomo da Marinha Russa Néster Rubtsov, e o botânico Ludwig Riedel.

O diário de bordo ficou por conta do Barão de Langsdorff, que o escreveu até o dia 20 de maio de 1828, quando a Expedição encontrava-se em Tocarijal, à margem do Rio Juruena, um pouco depois do Salto Augusto. Sentindo-se em grandes problemas de saúde, escreveu: “Todos à minha volta estão doentes; apenas Florence está em condições de escrever o diário, que vou incorporar ao meu”, conforme se verifica no livro sobre a Expedição Langsdorff, de Dayz P. Fonseca, "O Viajante Hércules Florence - águas, guanás e guaranás".

De Belém (Pará) ao Rio de Janeiro, o retorno se deu pela costa brasileira. O barco aportou a capital do Império em 10 de março de 1829. O diário de bordo de Hércules foi publicado em 1875, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, sendo que posteriormente, teve várias edições comerciais, com o título de “Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas – 1825- 1829”.

O material coletado pela expedição, inclusive o diário de bordo do Barão de Langsdorff, encaminhado à Rússia, somente foi encontrado cerca de um século mais tarde, conforme esclarece o Sr. Boris Komissarov, em seu livro Expedição Langsdorff, Acervos e Fontes Históricas.

O diário de Langsdorff foi publicado no Brasil em 1997, pela Editora Fiocruz, depois de um intenso trabalho de pesquisadores e cientistas.

A passagem de Langsdorff por Santa Cruz, na Zona Oeste Carioca, ocorreu há mais de 190 anos, conforme descrição no seu relatório ao ministro de Negócios Estrangeiros da Rússia, K. Nesselrode, que nos foi enviado pelo Professor Boris, traduzido do francês, dos arquivos existentes na antiga Universidade Estatal de Leningrado.

A 24 de fevereiro (1818) o rei partiu para a sua casa de campo em Santa Cruz e, na véspera, havia feito a comunicação ao seu Corpo Diplomático. Esta casa de descanso - continua Langsdorff - antes pertencia aos jesuítas. O rei sempre gostava de receber ali os representantes do Corpo Diplomático e outras pessoas. Para conceder-lhe um prazer, parti para lá junto com o Conde Fleming, embaixador da Prússia. O caminho não é mau, mas é pouco variado. Pequenas colunas, campos arados, estepes vastas e secas, onde há poucos animais, altas montanhas ao longe - eis tudo o que se pode ver. A maior parte do caminho é arenoso e muito cansativo. A distância do Rio de Janeiro é de 16 a 18 léguas francesas. Pelo caminho é difícil conseguir um copo de boa água. Fazia muito calor e, depois de um caminho noturno de 12 horas, chegamos de manhã cedo. Logo depois da chegada fomos convidados para o pequeno almoço pela Viscondessa de Rio Seco. Diz-se que o Senhor do Rio Seco, antes era na Corte uma espécie de criado, mas com o tempo conseguiu ganhar muito dinheiro e na altura da partida do rei de Portugal tornou-se fabulosamente rico. Foi ele que emprestou mais de 200 mil cruzados de contado. Há cinco anos foi-lhe concedido o título de Barão, e por ocasião da coroação recebeu o título de Visconde. Este homem é a pessoa de confiança do rei em todos os negócios, seu mordomo, etc. Agora responde pelas obras do palácio que se constrói em Santa Cruz.

Langsdorff prossegue o seu relato, fazendo observações a respeito da então Fazenda Real de Santa Cruz, cuja sede, hoje quartel do Batalhão Escola de Engenharia, do Exército, funcionava como uma espécie de palácio ou casa de campo da Família Real, descrevendo o seu encontro com o então Príncipe Dom Pedro, depois Imperador do Brasil com o título de D. Pedro II.

Depois da visita a T. A Villa Nova e Portugal, o Ministro do Estado que acompanhou S. M. a Santa Cruz, e convidou-nos para o almoço, fomos perto de uma hora apresentar os nossos cumprimentos ao rei. Pedimos-lhe licença para ver o Príncipe e a Princesa, que chegaram logo depois da saída do rei. A conversa com o Príncipe referia-se principalmente à caça, sua distração predileta. Ele contou-nos quantas galinhas tinha matado naquele dia, saiu e em breve voltou com cinco aves, das quais deu três de presente ao Conde Fleming, e eu recebi duas. Despedindo-nos das Suas Altezas, passamos pelo corredor e as salas de gala com os presentes reais nas mãos.

Além de Langsdorff, Santa Cruz recebeu a visita, ainda nas primeiras décadas do século XIX, de importantes viajantes europeus, como Thomas Ender, John Mawe, John Luccock, Maria Graham, Jean Batiste Debret, Auguste de Saint Hilaire, Johann Emanuel Pohl, entre outros.

O Visconde do Rio Seco, - continua relatando o Barão de Langsdorff - como intendente principal de Santa Cruz, mandou entregar-nos as chaves da casa destinada a receber o Conde d'Eu, que tinha chegado aqui há pouco. Lá estavam à nossa disposição os criados reais.

O Palácio de Santa Cruz está situado numa baixa colina. Ao redor não há sombra, nem rio, dificilmente se pode conseguir água potável. Parece-me que lá o calor é ainda maior que no Rio de Janeiro. As estepes que se estendem em redor às vezes ficam inundadas. No dia seguinte despedimo-nos de S.M. e de noite, para escapar ao grande calor do dia, voltamos para o Rio de Janeiro. S.M. ficou muito contente com esta prova de atenção, mas esta empresa resultou bastante cara. S.M. voltou de Santa Cruz no dia 2 do mês corrente.

As visitas dos representantes do Corpo Diplomático credenciados no Rio de Janeiro eram comuns, sempre que o rei ou os imperadores se encontravam em Santa Cruz. Nos arquivos do NPH existem outros registros interessantes. A passagem de Langsdorff ocorreu antes mesmo dele empreender a mais

importante expedição científica realizada no século XIX em nosso País, cujas consequências pessoais seriam lastimáveis. Sua vida terminou de forma triste. Sofreu, na Amazônia, fortes febres que o levaram à perda da memória para sempre.

(Texto adaptado de artigo publicado na Revista “Notícia Bibliográfica e Histórica da PUC de CAMPINAS, Ano XXVI, nº 156, p. 380-382”. Em 27/7/2003 por Sinvaldo do Nascimento Souza.)

3.6. Jean Baptiste Debret

Foi um pintor e desenhista francês que viveu no Brasil de 1816 a 1831. Nasceu em Paris, em 18 de Abril de 1768 e morreu na mesma cidade em 11 de Junho de 1848.

Estudou na Academia de Belas Artes de Paris, tendo sido discípulo de Jacques-Louis David. Continuou os estudos na Escola de Pontes e Estradas concluindo-os na Escola Politécnica.

Estreou no Salão de 1798 com um quadro com figuras em tamanho natural, com o título "O General Messénio Atistómeno liberto por uma rapariga", que lhe valeu a conquista do segundo prêmio. Devido a este sucesso foi encarregado de trabalhos de ornamentação em edifícios públicos e particulares.

Integrou a Missão Artística Francesa ao Brasil, solicitada por D. João VI, organizada pelo Marquês de Marialva, e dirigida por Lebreton que chegou ao Rio de Janeiro em Março de 1816. No Brasil manteve-se até 1831, pintando e desenhando todos os grandes momentos que levaram à independência do Brasil, assim como os primeiros anos do governo do imperador D. Pedro I.

Veja também o trecho extraído do livro de Laudelino Freire: "Um Século de Pintura".

Foi, dentre todos os artistas franceses aquele que melhor serviço prestou ao ensino da pintura, não só pelo grau de operosidade de que era dotado, como ainda porque, tendo sabido vencer os obstáculos por que passara e os dissabores que sofrera,

lhe foi dado aqui permanecer mais tempo que qualquer outro e formar discípulos continuadores de sua obra.

Contra a ação de Henrique Silva, soube opor muita energia e autoridade, nunca tendo desanimado nas lutas em proveito do ensino, de que se tornara um verdadeiro apóstolo.

Quando, como regente, subiu D. Pedro ao governo, Debret lhe pedira, no que foi atendido, lhe concedesse um dos ateliês do edifício da academia, construído desde 1816, para nele executar uma grande tela, que representasse a solenidade da coroação imperial.

Devido à oposição de Henrique, só no segundo semestre de 1823 é que lhe foram entregues as chaves do ateliê. Aí reuniu o mestre os seus primeiros discípulos, em número de oito, e atrás já referidos, aos quais lecionou pintura sem o menor ônus para o Estado.

No ano seguinte, o imperador e seus ministros lhe visitaram o ateliê, de onde saíram impressionados com o desenvolvimento dos alunos. Tão grande foi essa impressão, afirmam os historiadores, que D. Pedro resolvera, desde então, instalar a Academia, o que só pôde realizar em 1826.

Comemorando a inauguração dos cursos, realizou Debret a primeira exposição dos trabalhos dos seus discípulos, na qual figuraram os seguintes gêneros: paisagens, marinhas, animais, flores e frutos. Foi grande o sucesso da exposição, tendo sido o seu organizador e principal autor condecorado com o oficialato da Ordem de Cristo.

Em consequência ainda da boa impressão que ela causou, o ministro S. Leopoldo, embora contrariando disposições do próprio regulamento, dispensou o aluno Araújo Porto Alegre da exigência de curso preparatório de desenho, tornando extensiva a vários alunos essa concessão. Desde então, o ensino de pintura se desenvolveu notavelmente, como se pôde verificar nas exposições realizadas em 1829 e 1830.

Chegando ao Brasil, começou a trabalhar com afinco: fez o Retrato de D. João VI, em tamanho natural e com trajes majestáticos, e os de diversas pessoas da família real, pintando numa grande tela o Desembarque no Rio de Janeiro, a 12 de novembro de 1817, da arquiduquesa Leopoldina, princesa real. Além disso, deixou muitos outros quadros.

Foi nomeado lente de pintura histórica da Academia, cargo que desempenhou até o dia de seu regresso à França, o que ocorreu em 05 de julho de 1831.

Em meados de 1831, sentindo-se cansado de tantas lutas, adoentado e enfraquecido, farto de pelejar... e cômico de que prestara ao Brasil os mais relevantes serviços pelo apostolado artístico exercido no Rio de Janeiro durante quinze anos, regressou à pátria. (In A Missão Artística de 1916, A. Taunay).

Em 1830, havia sido escolhido membro correspondente da Academia das Belas Artes do Instituto de França.

Além de pintor notável, era dotado de um espírito altamente cultivado. Durante sua permanência entre nós, colheu material para uma obra sobre o Brasil, obra cuja publicação iniciou em 1834, dando a lume o primeiro volume, sob o título: *Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou Séjour d'un artiste français au Brésil (Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, ou Cotidiano de um artista francês no Brasil)*. O segundo volume, publicou-o no ano seguinte e o terceiro, em 1839.

Neste grande trabalho, Debret trata de vários assuntos, todos de interesse para o país, inclusive o estudo de belas artes, referente aos primeiros anos de nossa formação artística, e que se estende de 1816 a 1831. A obra é ilustrada com inúmeras estampas.

É também de sua lavra o projeto do plano de organização para a Academia Imperial, solicitado em 1824 pelo então ministro dos negócios do Império aos professores da referida Academia. Esse projeto foi publicado em folheto em 1827.

Na sua passagem pela Zona Oeste Carioca, Jean Baptiste Debret cita a Fazenda Imperial de Santa Cruz no seu livro “Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. Conforme transcrevo no trecho a seguir:

O castelo de Santa Cruz, residência de recreio da Corte, situado a onze léguas da capital é uma antiga fazenda dos jesuítas contendo uma igreja e um convento construídos em cima de uma colina que domina imensas planícies entrecortadas de florestas, através das quais passa o caminho para Minas Gerais. Santa Cruz é sem contestação uma das maiores propriedades da província do Rio de Janeiro.

Pertencia aos bens da Coroa sob D. João VI e a Corte aí passava seis semanas, anualmente, durante o verão. Sempre modesto nos seus hábitos, contentava-se o Rei com uma cela e o resto de sua família via- se obrigado a imitá-lo.

Mas, por ocasião do casamento do príncipe real D. Pedro, já as ideias eram mais largas e o Rei sentiu a necessidade de derrubar as divisões internas do convento para construir aposentos mais dignos de uma residência real. Encarregou, pois, o conde de Rio Seco, superintendente dos bens da coroa, de dirigir as obras. Com efeito, ao chegar a princesa Leopoldina aí encontrou aposentos bem arranjados. Desde então Santa Cruz tornou-se tanto mais agradável para a jovem família real quanto o lugar apresentava passeios variados para se fazerem a cavalo ou de carro, prazeres campestres bem diferentes do fastidioso protocolo da cidade.

Mais tarde D. Pedro, Imperador e reformador, tomou a si a direção da fazenda de Santa Cruz e aumentou-lhe a renda com novas aquisições de terras; aí estabeleceu um haras, prado fechado para criação de cavalos. Monarca filantropo, procurou ao mesmo tempo cercar essa solidão real de uma população dedicada e reconhecida. Com efeito, depois de ter dado liberdade a todos os escravos a seu serviço particular, quando ainda príncipe, concedeu gratuitamente a cada um deles um pedaço de terreno ao lado do castelo, para a construção de uma pequena casa, e terras de cultura bastante consideráveis na planície, para atender ao sustento das famílias dos novos colonos.

O direito de propriedade incentivou a dedicação desses novos cidadãos, os quais desenvolveram os diferentes tipos de atividades úteis aos viajantes das Minas, chegando pouco depois a

oferecer-lhes um pouso cômodo numa estrada bem pouco frequentada.

Atualmente, honrada amiúde com a presença do soberano, a aldeia de Santa Cruz, cuja colonização data apenas de 1822, aumentada com algumas casas burguesas das autoridades locais, conta uma população numerosa e ativa.

Preparavam-se no ano que precedeu a partida de D. Pedro I, tanto no interior do palácio e da igreja como nas dependências da propriedade, obras consideráveis: construção de oficinas, usinas, etc.: pensava-se também abrir um canal para o mar, a fim de facilitar a exploração desse imenso domínio imperial, ora administrado pela regência de D. Pedro II, sucessor de seu pai.

3.7. Johan Natterer

Johann Natterer (1787-1843) foi um naturalista e explorador austríaco. Seu pai era o zoólogo Josef Natterer (1754-1823), e tinha um irmão, Joseph Natterer Jr. (1776-1852), também um naturalista. Depois de estudar química, anatomia, história natural e desenho, Natterer viajou pela Europa em 1806.

Johann Baptist Natterer foi o principal colecionador de objetos de história natural, no domínio da botânica, zoologia e mineralogia. Veio na primeira grande expedição científica austríaca no Brasil que acompanhou a arquiduquesa Leopoldina ao Rio de Janeiro, em 1817. Natterer foi o zoólogo dessa expedição, juntamente com outros naturalistas, incluindo Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius.

No Brasil, Natterer foi aquele viajante e cientista sobre o qual absolutamente todos os historiadores ouviram falar, mas cujas viagens, percalços e sucessos no interior de nosso país poucos conhecem e podem descrever com informações precisas. O naturalista permaneceu no país por 18 anos, recolhendo objetos de história natural e de etnografia na primeira metade do século XIX que constituem uma das maiores coleções do Museu de História Natural e Etnologia da Áustria. Não existem trabalhos publicados

sobre suas expedições, já que suas anotações e o diário de viagem foram destruídos em um incêndio ocorrido em Viena em 1848.

Sobre Natterer, Emílio Augusto Goeldi escreveu em 1896:

O mais zeloso e o mais fecundo colecionador zoológico que pisou a América do Sul. Não o julguem pelo número de livros por ele publicados, pois são poucos - também não o julguem pela pequena ou nenhuma importância, que acaso lhe diga qualquer dicionário ou enciclopédia daqueles que vos caíam primeiro às mãos na biblioteca que mais próxima for, pois os respectivos autores, por via de regra, o desconhecirão. Explica-se toda nitidez aqueles que pisam as mesmas sendas, que o naturalista cujo nome encima estas linhas, aos cultivadores do mesmo campo, aos caracteres que alguma afinidade possuem para as predileções científicas e para o rumo específico da ocupação intelectual - e estes são poucos. Dá-se com Natterer o mesmo que com o arquiteto que morre, deixando de um grande e complicado edifício apenas prontos os alicerces: quantos terão os conhecimentos profissionais e o poder mental para adivinhar o plano geral do seu todo e nos seus pormenores?

Sobre as suas viagens, Ramirez (1968) relata as enormes dificuldades e o incomparável espírito de trabalho de Natterer (outubro de 1822):

Natterer então desapareceu dentro da infinita e insondável selvageria do país quase despovoado. As notícias a seu respeito foram-se tornando cada vez mais fracas. Os despachos alcançavam-no tardiamente, ou não o alcançavam. A doença do clima mortal dominou-o. Chegou mesmo a perder o seu único companheiro e parecia que a floresta ia encerrá-lo para sempre. Mas ele fazia coleções, caçava, preparava peças, empacotava-as; apesar de ter estado muitas vezes doente e quase morto, nem um só momento pensou em desistir. É difícil imaginar-se hoje em dia o que tal expedição enfrentou naquele tempo, e quanto de energia e sacrifício exigiu dos exploradores. Natterer só apareceu de novo, em Goiás, em agosto de 1823.

Sobre Natterer, Vanzolini (1993) diz:

Natterer, por quase 18 anos (1817-1835), dedicou-se à coleta e preparação de material biológico e etnográfico em enorme extensão do território brasileiro (incluindo vastas áreas da Amazônia e regiões centro-oeste, sudeste e sul do país).

Natterer, desde o início resolveu trabalhar sozinho, quando muito acompanhado por Sochor, fazendo-o separar-se dos demais naturalistas que tomaram caminhos e planos diversos.

Sobre sua passagem pela Zona Oeste carioca, João Emanuel Pohl relata um encontro que teve com ele em Sepetiba:

O senhor Natterer foi muito amável em arranjar-me agasalho na própria casa que ele ocupava. A casa era muito próxima da praia e era muito desagradável o cheiro de lama que a maré enchente trazia duas vezes por dia, mas isto era compensado pela vista magnífica, com prazer o meu olhar percorria o imenso espelho do mar, de onde assomavam, em pitoresca beleza, as ilhas da Restinga, Madeira, Itacuruçá, Mangaratiba e, muito ao fundo, a Ilha Grande.

Sobre Natterer escreveu Benedicto de Freitas, nas páginas 311 e 312, do seu livro “Fazenda Jesuítica, Real e Imperial”, Volume II:

“Em princípios de 1818, Sepetiba acolheu ‘o maior, isto é, o mais zeloso e o mais fecundo colecionador zoológico que pisou a América do Sul”, na opinião do grande Goeldi, e que foi o famoso naturalista vienense Johan Natterer.

Durante três meses Natterer residiu em Sepetiba, em companhia de seu companheiro Sochor caçador real incorporado à sua comitiva, para abater aves e animais, e onde, após, foi-se-lhe juntar o seu colega J. E. Pohl.

Naquela época o Brasil era muito visitado por geólogos e naturalistas, que estimulados pela Imperatriz D. Leopoldina, grande conhecedora de ciências naturais, aqui vinham reunidos em missões científicas e em nossa natureza virgem e exuberante, se fartavam a valer. Só a missão Natterer, que durou 18 anos no

Brasil, levou para a Áustria grandiosas coleções, cuja discriminação, dá uma convincente idéia da atividade de seus componentes e do valor das mesmas.

Entre os mamíferos, peixes e aves, anotamos: Jacús, João Congo, vira-bostas, Gaturamos, Saguis, Sanhaços, guarás, azulões, Pintasilgos, Avinhados, Irerês, Inhambú, Marrecos, Caneleiras, (...) e outros inúmeros espécimens, detalhadamente relacionados na sua famosa obra "Zur Ornithologie Brasiliens", publicada em 1868, pelo Museu de Viena, onde se encontra a rica coleção, naturalmente bem conservada e carinhosamente tratada."

3.8. Johann Baptist Emanuel Pohl

Foi médico, geólogo e botânico austríaco. Nasceu em Kanitz, na Boêmia, aos 22 de fevereiro de 1782. Devotou-se com singular paixão à botânica, tornando-se professor desta disciplina na Universidade de Praga. Morreu em 1834.

Foi conservador do Real e Imperial Gabinete de História Natural do Imperial Museu do Brasil, em Viena. Integrou a Missão Austríaca ao Brasil entre 1817 e 1822, posterior ao casamento da arquiduquesa Maria Leopoldina de Áustria com o príncipe D. Pedro de Alcântara, futuro imperador D. Pedro I.

Veio como encarregado da parte de mineralogia, assumindo depois a de botânica. Desligou-se da expedição e empreendeu uma viagem de quatro anos pelo interior do Brasil, atravessando o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás. De sua viagem publicou "Viagem no Interior do Brasil. Empreendida nos Anos de 1817 a 1821 e Publicada por Ordem de Sua Majestade, o Imperador da Áustria Francisco Primeiro" e uma obra botânica, "Plantarum Brasiliae icones et descriptiones hactenus ineditae" ("Ícones e descrições de plantas do Brasil até agora inéditos").

Segundo artigo de Márcio Antonio de Azevedo (1) no (Boletim NOPH-30 , Julho 1986, pág, 3 e 4). Pohl, assim como

outros viajantes estrangeiros, estranhou, logo de início, os meios de transporte, na época, pois comenta em seu livro:

... aqui, por terra, se viaja como no Oriente, em caravanas, apenas usando muares em vez de camelos.

Levou três dias, para finalmente chegar em Santa Cruz em 17 de fevereiro de 1818:

No dia seguinte, sob um aguaceiro (claro, mês de fevereiro é chuvoso em Santa Cruz) torrencial, atingimos Curral Falso, duas vendas com ranchos, a meia hora de distância da Real Fazenda de Santa Cruz, e a dez léguas do Rio de Janeiro, onde nos hospedamos.

Tanto mais bem-vinda foi para mim a visita do major português Feldner. No Rio de Janeiro eu travara conhecimento com este instruído oficial, que se achava encarregado da carvoaria em Santa Cruz e louvo, com os meus agradecimentos, o interesse que ele tomou na continuação da minha viagem.

Pohl passa então a descrever as suas andanças por Santa Cruz:

Depois do jantar, o tempo me permitiu, afinal, um passeio a (até) Santa Cruz. Ali passava o rei habitualmente com a sua família, uma parte da estação quente para gozar um ar mais suave e dedicar-se à caça.

Primeiro se atinge uma linda casinha com lanternas coloridas e objetos similares com inscrições chinesas. Na realidade é uma colônia de uns trinta chineses, que o rei (Dom João VI) chamou da pátria para cá com a sábia intenção política de nacionalizar o chá aqui.

Segundo Márcio Antonio de Azevedo, Pohl não gosta muito de Santa Cruz:

A Real Fazenda de Santa Cruz, embora atualmente se ache elevada a Vila, é um lugar insignificante, que, por várias causas, sobretudo pela falta de água corrente, nunca deverá ter grande importância. A população é muito reduzida. Consta, ao todo, de

uma rua de cerca de 40 choupanas de taipa e de algumas casas ordinárias, nas quais, no tempo das chuvas, a gente pode atolar-se na lama. Na extremidade oriental está o castelo real, um antigo colégio dos jesuítas, de um andar de altura. Ao tempo que lá estivemos, procurava-se aumenta-lo, formando um quadrado cujo centro do lado da frente, seria a contigua torre da igreja. Tem vista sobre uma planície relvosa de uma milha de largura, que serve de pastagem para muitos milhares de reses e a cujo fundo se erguem a majestosa Serra dos Órgãos e o seu prolongamento a Serra de Itaguaí.

Em torno do castelo foram construídas choupanas de taipa para os escravos reais, em número de mais de mil.

Prossegue Pohl; agora mais entusiasmado com a bela natureza ao redor da Fazenda:

Demorei-me vários dias em Curral Falso, para o naturalista são os arredores, aqui, muito atraentes. Plantações de mandioca, milho, cana-de-açúcar, feijão, etc, alteram-se com grandes matas, as quais, por assim dizer, tornam a fechar-se sobre as pegadas do viajante e sobre o machado que procura abri-las.

A capacidade generativa deste solo é enorme, e este viçoso matagal tem de ser cortado mais de uma vez por ano.

E Pohl prossegue, falando dos colibris, cardeais, periquitos, borboletas, pombas, rolas, etc, e comenta:

... os ricos tesouros naturais dessa região, rapidamente e da maneira mais agradável, opulentaram e ampliaram minhas coleções.

Para o botânico Pohl, a sua riqueza, o seu tesouro, era a coleção de insetos, plantas, borboletas, etc, que ele ia colhendo pelos arredores de Santa Cruz. No dia 24 de fevereiro Pohl segue para Sepetiba:

O caminho que para lá conduz, passa por uma região plana, arenosa, através de arbustos baixos e às vezes de plantações de arroz, cana de açúcar e café.

Em caminho tive oportunidade de observar a maneira de construir casas aqui usualmente alguns escravos fazer a construção. Vigas recém-queimadas são enterradas verticalmente, em três fileiras, de modo que a do meio exceda regularmente às outras em altura. As vigas são unidas por traves transversais, sem pregos, mas por meio de cipós e o todo é coberto de telhas. Varas, igualmente atadas com cipós e revestidos de barro, formam as paredes principais e laterais, nas quais depois, conforme a necessidade e o arbítrio, são encaixadas portas e janelas. Assim pode acontecer, como eu vi aqui, ser começado a construção de uma casa e, em tempo incrivelmente breve, vê-la já terminada e habitada.

Até hoje, muitos brasileiros, no interior do país, fazem casa deste tipo, inclusive utilizando sapé em lugar de telhas. Com o desenvolvimento de Santa Cruz, esse tipo de construção já não mais existe.”

Continuando sua jornada, João Emanuel Pohl descreve a Sepetiba de 1818:

Sepetiba conta cerca de umas doze choupanas de barro e fica na Costa, a onze léguas ao sul do Rio de Janeiro. Daqui se costuma embarcar para a Ilha Grande e Parati. A primeira destas ilhas é afastada treze léguas e a outra (Pohl confunde Parati com ilha) vinte e duas. Em Sepetiba há uma real fábrica de telhas. Fabricava-se também cal de conchas. Vi lá amontoadas, para este fim, grandes quantidades de conchas. Os habitantes alimentam-se escassamente (...) de peixe. Alguns peixes secos, carne seca ao sol, que é trazida de Minas Gerais, e cozida com feijão preto e mais a farinha de mandioca constituem o alimento dos habitantes.

Já naquela época a lama de Sepetiba era incômodo, pois:

O senhor Natterer (Johann Natterer, naturalista e explorador austríaco) foi muito amável em arranjar-me agasalho na própria casa que ele ocupava. A casa era muito próxima da praia e era muito desagradável o cheiro de lama que a maré enchente trazia duas vezes por dia, mas isto era compensado pela vista magnífica, com prazer o meu olhar percorria o imenso espelho do mar, de

onde assomavam, em pitoresca beleza, as ilhas da Restinga, Madeira, Itacuruçá, Mangaratiba (outro lapso de Pohl) e, muito ao fundo, a Ilha Grande.

Meio triste, meio alegre, Pohl percorria as terras de Sepetiba:

Cada passo nesta região era compensado por novos descobrimentos no reino vegetal e só isso de alguma maneira me podia ressarcir dos desgostos que sentia por outro lado, pois já no primeiro dia as formigas consumiram os restos ainda salvos dos insetos que eu coletara.

Não era fácil ser botânico e colecionador de flora e fauna naquela época. Prossegue Pohl:

Pareceu-me notabilíssimo o bosque de Bihai (devia ser Piaí) não distante do engenho de açúcar do mesmo nome, que consiste em um grande edifício e vinte choças de negros.

Descreve a seguir as várias plantas que encontra pelo caminho.

Pohl pega uma tempestade entre a Ilha da Madeira e Sepetiba, e faz menção à força das águas do rio Itaguaí:

Quando entramos em nossa canoa de apenas um côvado de largura, já o mar estava agitado e a sua superfície se encrespava em profundas oscilações, quando remávamos vigorosamente para a praia, e apenas havíamos atravessado o Rio Itaguaí, cujas rapidíssimas águas ainda se conservam doces um quarto de milha mar a dentro, os trovões ribombavam sobre as nossas cabeças, brilhavam os raios, e ondas sobre ondas batiam a nossa frágil embarcação. Molhados a valer e exaustos de esgotar a água, chegamos afinal à nossa residência, às dez horas da noite.

Em 5 de março de 1818, Pohl parte para São João Marcos:

Perto de Santa Cruz, chegamos ao Rio Grande (Rio Guandu), que nasce na Serra dos Órgãos, próximo da fonte do rio Piabinha, e desemboca não longe de Sepetiba, na baía de Marambaia. Antes (dos jesuítas) ele causava grandes prejuízos com suas inundações,

até que os jesuítas dele derivaram um braço para o vale de uma milha de largura que o separa do rio Itaguaí, pondo termo às suas fúrias.

Este braço derivado era a famosa vala de São Francisco. Não confundir com o atual canal de São Francisco. A famosa vala hoje não mais existe.

E prossegue Pohl a sua jornada:

Uma estrada retilínea, larga, dotada de bueiros e das necessárias pontes, conduz, passando pela coutada real, ao rio Itaguaí, que nasce na Serra do mesmo nome e desagua no mar depois de um pequeno curso. Na margem oposta, a que leva uma bem construída ponte, acha-se um Registro para impedir o contrabando e deter os viajantes suspeitos. Tive de entregar aqui o meu real passaporte (...) e um funcionário o leu em voz alta para os soldados. Os trâmites exigiam que eu fosse apresentado ao comandante, que morava na casa vizinha. Encontrei-o na Secretaria, num vestíbulo, e comecei a minha exposição, com expressões metade em português, metade em italiano.

Aqui Pohl se depara com o mesmo problema de outros visitantes; a autoridade arrogante, revestida de poder, assume atitudes de grandeza:

Com um xi! De que se servem os portugueses em vez do nosso pst! Fui eu intimado a calar-me por um momento, que durou um pouco, até que enfim o comandante se levantou, chamou um cabo e exclamou com indescritível “grandeza”: Eu dou audiência a este senhor! Só então me foi permitido novamente apresentar o meu passaporte, que o comandante leu de novo em voz alta e circunspecta, como se por detrás de cada sílaba pudesse estar escondido algum segredo. Naturalmente, o conteúdo do papel suavizou um tanto o severo cavalheiro; e já às primeiras palavras: Manda El Rei nosso Senhor, apertou ele o passaporte contra o peito, com uma profunda inclinação e exclamou, com repetidas inclinações para mim: “Meu Senhor! Depois me ofereceu um assento e pediu informações muito precisas: para onde e com que intento eu viajava, quantos criados tinha comigo, etc. Ainda não

satisfeito com isso, chamou cada um dos meus auxiliares e perguntou-lhes, com grave fisionomia oficial, onde tinham nascido, como tinham entrado para o meu serviço, e coisas semelhantes.

Em seguida Pohl teve seu passaporte registrado, e prosseguiu, passando por Itaguaí:

Depois de Itaguaí, simpática localidade também elevada à Vila, com uma igreja e um grande engenho de açúcar sobre uma colina, o caminho cai em depressões de baixios e pântanos e dirige-se imediatamente para São Paulo.

Esse engenho era o do Facão, ou Engenho de Nossa Senhora da Conceição de Taguay como nos ensina o eminente jornalista e historiador Benedicto de Freitas³ que foi documentado iconograficamente pelo pintor austríaco Thomas Ender em 1817 e por Maria Graham em 1823.

Pohl informa-nos que a estrada Rio-São Paulo, que passava por Santa Cruz e Itaguaí era muito movimentada:

As mencionadas depressões, cheias de grandes rebanhos de porcos e centenas de muaras com cargas, que se dirigiam para a capital, estavam ainda menos transitáveis do que já o são por sua própria natureza.

E assim Pohl deixa nossa região, em busca de outros locais, em sua pesquisa de botânico. Com certeza, em seu regresso a Áustria, ele iria fazer vibrar seus colegas com os inúmeros achados no seu campo de pesquisa. Assim como nós hoje, vibramos com as conquistas e achados no cosmo e nas profundezas do mar. Mas tudo tem seu tempo...

³ AZEVEDO, Márcio Antonio de. Coordenador de Estudos e Projetos do NOPH, autor da “História de Santa Cruz para Crianças” publicado pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro e “A Ponte dos Jesuítas e sua importância histórica” publicado no Jornal Zona Oeste.

(2) A FAZENDA DE SANTCRUZ, Benedicto de Freitas, Revista do Ateneu Angrense de Letras e Artes, Ano VIII, nº 4, dezembro de 1980 p. 12.

3.9. John Luccock

Comerciante inglês de Yorkshire, John Luccock viveu dez anos no Brasil, com pequenas interrupções. Desembarcou no Rio de Janeiro em junho de 1808, alguns meses depois chegada da Família Real Portuguesa. Encontrou aqui um território em acelerada transformação. A colônia portuguesa, até então fechada e proibida, se abria para o mundo. Luccock identificou de imediato um problema: a falta de moeda corrente. Não havia dinheiro circulante no Brasil. Sob o domínio português, a colônia vivia basicamente de escambo. Isso restringia muito as oportunidades que os novos comerciantes tentavam explorar no país que se abria ao comércio internacional.

Depois de uma breve avaliação sobre os negócios no Rio, Luccock decidiu seguir viagem para o sul. Passou por São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e foi até Buenos Aires. Em seguida, voltou ao Rio, onde se estabeleceu por mais alguns anos. Esteve também em Minas Gerais e na Bahia. Inteligente, crítico, detalhista e perspicaz, registrou tudo que fez e viu no Brasil. Tinha uma curiosidade insaciável. Além de seus relatos de viagem, escreveu um dicionário tupi-guarani. Fixou residência em Sepetiba, deixando-nos importantes informações sobre Santa Cruz, Itaguaí e localidades vizinhas.

3.10. John Mawe

John Mawe foi um mineralogista inglês. Nascido em Derbyshire (Inglaterra) em 1764, onde faleceu em 26 de outubro de 1829,

Escreveu mais de dez trabalhos sobre mineralogia e geologia. Sua principal obra é “On a Gold Mine in South America”, que se

encontra na biblioteca da London Geological Society. A obra despertou grande interesse e em nove anos foi lançada a segunda edição inglesa. Nos Estados Unidos foram feitas duas tiragens e também foi traduzida para o francês, italiano, holandês, sueco, alemão, russo e português.

Durante 15 anos empreendeu viagens marítimas. Ao final do século XVIII explorou muitas das minas da Inglaterra e da Escócia colecionando amostras de minérios para o rei da Espanha.

No mês de agosto de 1804 partiu para o Rio da Prata. Nesta viagem chegou a Cádiz quando teve início a guerra entre Inglaterra e Espanha. Em março de 1805 foi para Montevidéu, onde foi preso acusado de espionagem a favor da Inglaterra. Passou por Buenos Aires e retornou a Montevidéu onde fretou um barco com o qual partiu em direção ao norte passando por vários portos do Brasil, entre os quais o da ilha de Santa Catarina. Foi recebido no Rio de Janeiro por Dom João, com quem obteve autorização para visitar as jazidas de diamantes de Minas Gerais e do interior entre 1809 e 1810.

Quando de passagem pela Zona Oeste Carioca, John Mawe relata em seu livro a sua visita à fazenda do Príncipe Regente em Santa Cruz:

"Algumas semanas após a minha chegada, pedi permissão a Sua Excelência o Conde de Linhares para trabalhar numa mina de ferro em Guaraciaba (...). Ele concordou, em parte, com a proposta, mas manifestou desejo que eu dedicasse antes alguns dias a uma inspeção à fazenda do Príncipe, em Santa Cruz e, ao voltar, fizesse um relatório sobre as condições em que a encontrara. Enquanto me preparava para a jornada, insinuaram-me, como desejo particular do Príncipe, que me esforçasse por estabelecer uma indústria de laticínios, nos moldes das inglesas, e orientasse o pessoal no seu funcionamento, no que prontamente assenti. A cavalo, e tendo um soldado à minha disposição, iniciei a jornada, em companhia de um cavalheiro chamado Paroissien, cujo gênio amável e conhecimentos científicos tornavam utilíssimo companheiro. Depois de cavalgarmos cinquenta

milhas, chegamos à fazenda, cerca de seis horas da tarde, muito fatigados. As acomodações que encontramos, justificaram plenamente o interesse de ministro de Sua Alteza Real, inquirindo sobre o estado de seus domínios. Tendo apresentado minhas credenciais, fui forçado a esperar até às dez horas, sem que me oferecessem qualquer refrigério, nem mesmo uma xícara de café; o único prato que nos serviram foi um pouco de carne, semi-crua, certamente a pior que provei no Brasil. O mulato que nos atendeu comprometeu-se a aprontar o almoço para as sete horas da manhã; ficamos prontos à hora estipulada e, embora assegurasse que nos serviria imediatamente, esperamos três horas e, quando já pedíamos os cavalos para voltar ao Rio, afim de evitar morrêssemos de fome, anunciaram a refeição, com a desculpa de que não a tiraram mais cedo por falta de leite.

Passei então revista ao estabelecimento e percorri as terras. A casa, segundo me informaram, fora convento de jesuítas, donos também das terras que a circundavam, das quais cuidaram melhor que seus sucessores, se pudermos julgar pelos remanescentes de seus empreendimentos. O edifício não é grande nem imponente; construído em forma quadrangular, com um pátio aberto no centro e galerias no interior, para o primeiro e segundo andares. Os alojamentos são em número de trinta e seis, muito pequenos, tendo sido adaptados para o uso da comunidade e, desde que os jesuítas partiram, foram ligeiramente alterados e decorados para receber a família real, como residência de verão. Em frente à casa, em direção ao sul, estende-se uma das mais belas planícies do mundo, de duas léguas quadradas, regada por dois rios navegáveis por pequenas embarcações, e limitadas por belo e altivo cenário rochoso, embelezado em vários pontos por árvores nobres da floresta. Esta planície está coberta pelo mais rico pasto, que sustenta de sete a oito mil cabeças de gado. A parte baixa que é considerável, apresenta-se entrecortada de pântanos, que podem ser drenados facilmente e tornarem-se cultiváveis. O parque abrange, em toda a sua extensão, área superior a cem milhas quadradas, território quase tão grande quanto o de alguns recentes

principados italianos, e capaz, em virtude de sua fácil comunicação com o capital, tanto por via terrestre quanto fluvial, de transformar-se numa das mais produtivas, e populosas do Brasil. Com o atual sistema, encontra-se em estado progressivo de decomposição; dois pequenos trechos, os melhores da terra, um com cerca de meia légua quadrada e outro com mais de uma, já foram vendidos, por meio de falsos expedientes, e o restante pode, em pouco tempo, ser sacrificado a homens cuja cupidez incita-os a depreciar o seu valor, a menos que se empreguem as medidas adequadas a frustrar os seus maus intuitos.

Nesta fazenda, os negros, segundo todos os dados que obtive, sobem a cerca de mil e quinhentos. Constituem, em geral, excelente classe de homens, de ânimo dócil e tratável, e de modo nenhum destituídos de inteligência. Esclarecê-los tem dado grande trabalho; são regularmente instruídos nos princípios da fé cristã e as orações lhes são lidas, publicamente, pela manhã e à noite, ao iniciar e ao terminar o dia de trabalho. Pequenas áreas de terreno, por eles escolhidas, lhes são concedidas, e dão-lhes dois dias na semana, além dos feriados fortuitos, para plantar e cultivar os produtos destinados à sua própria subsistência; o resto do tempo e do trabalho dedicam ao serviço de Sua Alteza. O sistema de administração, entretanto, é tão mau, que vivem semi-famintos, quase desprovidos de roupas e mais do que miseravelmente instalados; o salário médio não atinge um penny por dia. Uma reforma no estabelecimento poderia ter sido realizada facilmente, mas agora será muito difícil, pois os abusos foram tacitamente sancionados pela indiferença daqueles cujo dever e interesse era corrigi-los. Nesta extensão de magnífico terreno vê-se raramente um cercado; as terras cultivadas estão cheias de mato, e as plantações de café assemelham-se a um matagal, onde os arbustos silvestres cobrem a lavoura. O gado está deploravelmente abandonado, e não se encontra, em todos os arredores, sequer um cavalo digno de ser montado pelo mais miserável mendigo. Tal era o estado em que encontrei este rico e vasto distrito, que parece ter

tido destinado pela natureza à introdução de melhoramentos que poderiam determinar pela influência de um exemplo elevado, modificação completa no sistema agrícola do Brasil."

"Pouco tempo depois de me instalar em Santa Cruz, o Príncipe apareceu. No dia imediato, à sua chegada, honrou-me com uma visita, depois da qual saí várias vezes com sua Alteza Real. Um dia, deu-me a honra de manifestar o desejo de que me encarregasse da administração da fazenda; pedi licença para declinar desta proposta, alegando a impossibilidade de conciliar tal emprego com os meus outros interesses, lembrando ao mesmo tempo o serviço superior que podia prestar trabalhando na mina de ferro. Não obstante isto o Príncipe, no dia seguinte, entregou-me um papel, contendo uma proposta para superintender toda a fazenda e estabelecendo as condições. A insistência na oferta não me embaraçou pouco; tinha consciência de que, recusando-a, me privava de qualquer favor futuro; ainda assim, compreendi a dificuldade de aceitá-la de qualquer forma. Este dilema causou-me tal inquietação, que, para resolvê-lo, recorri a Sir Sidney Smith, que naquela ocasião visitava Santa Cruz, pedindo-lhe expusesse a Sua Alteza Real as circunstâncias que me impossibilitavam de fixar-me no Brasil, e lhe oferecesse meus serviços durante a minha estada. Depois de mais algumas deliberações, porém, persuadiram-me a aceitar a designação, a título de experiência, por alguns meses, com a estipulação expressa de que agiria com absoluta autonomia. Ao empossar-me do cargo, comecei por tomar providências que pareciam conduzir ao fim desejado, mas não tardei a perceber que, em lugar de ser o principal intendente, tinha um superior, a fazer-me responsável, perante ele, por todos os meus atos, e a manifestar a determinação de embaraçá-los, por inovações à ordem pré-estabelecida, Mas este não era o único inconveniente; espetava-se que eu adquirisse tudo quanto precisasse às minhas expensas, mas não tardei a perceber, que, em lugar de ser reembolsado, segundo o acordo, era enganado, e por fim, em parte, roubado. A pessoa a quem aludo era um dos

capatazes da casa do Príncipe; concebera ódio enraizado pelos ingleses, não podendo tolerar que alguém daquela nação interferisse num assunto que julgava de sua competência, e que mantivesse posição capaz de permitir fossem os serviços reais prestados levados a comparação desfavorável com os que se gabava de ter efetuado. Não entrarei em detalhes quanto aos artifícios mesquinhos e aos baixos insultos indiretos que este homem empregou para fazer-me abandonar o emprego, quando se certificou de que não me sujeitaria ao seu trabalho servil; isto é suficiente para explicar que, perdendo as esperanças de obter aquele poder discricionário, sem o qual nada podia realizar, recusei-me peremptoriamente a continuar. Alarmado com esta deliberação, primeiro tentou intimidar-me e, depois, abrandar-me, mas já conhecia demais a sua maneira de agir para deixar-me enganar por este estratagema, ou supor que no futuro nos pudéssemos harmonizar. Imaginando-se armado do poder real, tentou fazer-se de tirano, mas a recepção que encontrou forçou-o rapidamente a voltar ao seu natural, o de velhaco servil. Não hesitei em mandar minha demissão e ele passou pela mortificação de verificar que os meios empregados para embaraçar-me e escravizar-me me restituíram a liberdade.

Na carta em que comunicava o meu propósito de abandonar o emprego, julguei mais razoável não declarar à sua Excelência Dom Rodrigo as razões que motivaram tal deliberação. Se este cavalheiro conhecesse as circunstâncias desagradáveis em que me colocara, teria, estou certo, envidado todos os esforços para removê-las, mas julguei indigno de minha pessoa queixar-me, sabendo que, enquanto aquele homem permanecesse, eu seria considerado como laçao de um servo do Príncipe, e não de Sua Alteza. Condição tão degradante impedirá sempre qualquer inglês de empreender a realização dos excelentes e esclarecidos planos projetados pelos ministros de Sua Alteza Real, para melhorar a agricultura de Santa Cruz, pois quem se submeteria às ordens de

um subalterno, cuja arrogância e obstinação estão continuamente interrompendo e frustrando aqueles planos?

Quando voltei ao Rio de Janeiro, o Príncipe chamou-me e pediu-me, com insistência, voltasse a Santa Cruz; contentei-me com uma simples desculpa, pois não era oportuno, nem eu estava em situação de entrar em explicações. É sabido que um sistema de intrigas cerca Sua Alteza Real, contrapondo-se, muitas vezes, às representações, em assuntos da mais alta importância." (John Mawe, *Viagens ao Interior do Brasil*. Editora da Universidade de São Paulo, 1978)

3.11. Maria Graham

A escritora inglesa Maria Graham (1785-1842) é a mais conhecida entre os viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil no século 19. Deixou inúmeros manuscritos onde retrata suas impressões sobre o cotidiano brasileiro.

Em 1823, foi preceptora da princesa Maria da Glória. Nessa ocasião, acertou a ida à Londres para trazer livros e material didático. Retornando ao Rio de Janeiro, instalou-se no Paço Imperial, mas o convívio ficou difícil porque havia discordância em relação aos métodos didáticos que adotava, o que a levou a abandonar a tarefa e voltar para a Inglaterra.

De volta ao país, casou com Lorde Calcott e, em 1824, publicou "Viagem ao Brasil" que narra a vida na corte de Dom Pedro e Dona Leopoldina. Após sua morte, em 1842, seu marido doou ao Museu Britânico os desenhos a lápis que Maria Graham fizera no Brasil. (http://www.casaruibarbosa.gov.br/oprazerdopercurso/bio_graham.htm)

Segue abaixo um extrato do livro *Diário de uma viagem ao Brasil*, publicado em 1824 que relata a passagem de Maria Graham por Santa Cruz e arredores:

20 de agosto de 1823 – Há muito que desejava ver um pouco mais dos arredores do Rio, do que o fizera até aqui, e resolvi cavalgar ao menos até Santa Cruz, cerca de quatorze léguas da cidade. Como a estrada é muito trafegada para se temerem acidentes extraordinários, e eu não sou tímida quanto aos embaraços habituais, resolvi contratar um empregado negro e ir sozinha. Esta resolução, porém, foi superada por Mr. e Mrs. May, cujo irmão, Mr. Dampier, gentilmente se ofereceu para escoltar-me. (...)

21 de agosto – Esta manhã parecia ao menos tão ameaçadora como ontem, mas resolvemos ir até o engenho dos Afonsos (Atual Campo dos Afonsos, onde está situada a Escola de Aviação da Aeronáutica) para cujo dono, Sr. João Marcos Vieira, tínhamos cartas de apresentação de um amigo na cidade. Em consequência, despedimo-nos de nossa amável anfitriã, que havia feito café cedo para nós, e metemo-nos por uma légua de estrada bem bonita em direção aos Afonsos. (...)

Sexta-feira, 22 de agosto – O dia estava tão belo quanto possível, e depois do café prosseguimos nossa viagem a Santa Cruz. A estrada tornava-se cada vez mais bela à medida que avançávamos.

E, acima de todas estas coisas, as montanhas erguiam-se na distância. Mais perto de nós estavam montes mais baixos, entre os quais se estendiam amplos vales em que se perdia nosso olhar (...). Perto de Campo Grande, o cenário muda: são diversas pequenas planícies verdes, só com algumas árvores isoladas, aqui e ali, decoradas de epifitas em flor e trepadeiras vermelhas. Para diante fica um dos mais belos lugares que jamais vi, isto é Viegas, onde rochas, árvores, campinas e construções tudo parece arrumado para ser admirado. Após vaguear um pouco para poder gozar o panorama, cavalgamos para a nova freguesia de Santo Antonio, onde paramos em uma venda muito limpa para descansar e alimentar nossos cavalos. A igreja fica num pequeno morro, dominando uma região muito bonita e uma limpa povoação, mas a parte mais vasta da paróquia fica muito distante. Enquanto os animais comiam o seu milho, obtivemos para nós um pouco de pão

seco, queijo de Minas, exatamente o queijo grande escocês, e vinho do Porto debarril, de excelente qualidade. Estas provisões sempre se encontram, com feijão, toucinho e carne seca. Mas a hospitalidade num albergue brasileiro não compreende a cozinha para viajantes, que geralmente transportam consigo os utensílios e que, nalgum telheiro acostado à hospedaria, cozinham para si mesmos, egeralmente dormem no mesmo abrigo. Em Santo Antonio há quartos de dormir decentes, providos de bancos e tapetes aos quais os hóspedes ajuntam a dormida que lhes agradam; mas os viajantes em geral envolvem-se em suas capas e assim ficam. Logo que nossos cavalos ficaram prontos, cavalgamos para a Mata da Paciência, engenho de D. Mariana, a filha mais velha da baronesa de Campos, e para a qual tínhamos uma carta de apresentação. Tivemos aqui uma recepção das mais polidas por parte de uma bela mulher, de tom senhoril, que encontramos na direção de seu engenho, o que é de fato interessante. Fomos recebidos primeiro pelo capelão, pessoa polida e bem informada; com ele estava o capelão de Santa Cruz que, por ter sido antes professor no colégio do Rio, é geralmente conhecido pelo nome de padre-mestre.

D. Mariana conduziu-nos ao engenho, onde nos deram bancos colocados perto da máquina de espremer, que são movidos por um motor a vapor, além dos rolos compressores no engenho, move diversas serras, de modo que ela tem a vantagem a sua madeira aparelhada quase sem despesa. Enquanto estávamos sentados junto à máquina, D. Mariana quis que as mulheres que estavam fornecendo as canas, cantassem, e elas começaram primeiro com algumas de suas selvagens canções africanas, com palavras adotadas no momento, adequadas à ocasião. Ela lhes disse então que cantassem os hinos à Virgem. Cantaram, então, com tom e ritmo regular com algumas vozes doces, a saudação angélica e outras canções. Acompanhamos D. Mariana dentro de casa onde verificamos que, enquanto nos ocupávamos em observar a maquinaria, as caldeiras, e a destilaria, preparava o jantar para nós, apesar de já estar passada, há muito, a hora da família. À

nossa partida fomos instados amavelmente a voltar, em nossa viagem de retorno ao Rio, coisa que nós, sem nenhuma repugnância, prometemos fazer.

Estava completamente escuro muito antes de chegarmos a Santa Cruz, e extremamente frio. Lá chegados, encontramos com facilidade a casa do cavalheiro para quem tínhamos uma carta de apresentação, o capitão de fragata João da Cruz dos Reis, que é o superintendente do palácio da fazenda. O Visconde do Rio Seco havia-nos fornecido amavelmente esta carta e explicando que o objetivo de nossa viagem era pura curiosidade, de modo que o capitão nos disse que no dia seguinte faria tudo para satisfazer-nos. Logo após a nossa chegada, diversas pessoas procuraram-nos para uma conversa por meia hora, entre outros um cirurgião que vem do Rio uma vez por ano, para vacinar as crianças nascidas durante doze meses na Fazenda. O padre-mestre e um outro frade também vieram. Em breve verifiquei que Santa Cruz tem sua política e sua tagarelice tanto quanto a cidade, e toda diferença consiste num refinamento maior ou menor. Nada pode ultrapassar a hospitalidade bem-humorada de nossos hospedeiros, que logo fizeram com que nos sentíssemos à vontade, e, quando terminou o chá, estávamos bem iniciados em todos os caminhos da casa e da vila.”

Sábado, 23 de agosto - A manhã estava excessivamente fria, mas clara, e a vista das extensas planícies de Santa Cruz, com os rebanhos de gado, é magnífica. Os pastos estendem-se por muitas léguas de cada lado do pequeno morro em que estão colocados o Palácio e a povoação; são aqui e ali interrompidos por tufo de floresta natural; por um lado o horizonte estende-se até o mar; por todos os outros lados a vista é limitada por montanhas ou morros cobertos de florestas. (...)

Depois do café cavalgamos pela estrada calçada, que cruza a planície de Santa Cruz, até a aldeia indígena de São Francisco Xavier de Itaguaí, geralmente chamada Taguaí, fundada pelos jesuítas não muito tempo antes da expulsão. (...)

Após haver admirado bastante (...) deixamos Taguaí para voltar a Santa Cruz e passamos novamente o rio Guandu, onde há uma guarda a cavalo junto à ponte. Exigem-se ali salvo-condutos dos viajantes, mas como tínhamos conosco um empregado de Santa Cruz, não fomos interrogados. O Guandu nasce na serra de Marapicu, no Baronato de Itanhae, e, após receber o Tingui, passa pelo engenho de Palmares, ocupado pelo Visconde de Merendal; há ali um cais onde a produção da vizinhança é embarcada e transportada para Sepetiba, pequeno porto na baía de Angra dos Reis, e dali é despachada para o Rio. O transporte para o Rio leva geralmente vinte e quatro horas.

(...) Depois do jantar passei um pouco na aldeia dos negros. Há, creio eu, cerca de mil e quinhentos na fazenda, a maior parte dos quais pertence às fazendas em torno, ou feitorias, das quais creio que há três Bom Jardim, Piperi e Serra: estas produzem café, feijão e milho. A vizinhança imediata de Santa Cruz é adequada para criação de gado, dos quais existem este ano cerca de quatro mil cabeças. Uma boa quantidade de pastagens é anualmente arrendada. Os negros de Santa Cruz não são alimentados e vestidos pelo Imperador, mas tem pequenos trechos de terra, e dispõem de metade de sexta-feira, todos os sábados, todos os domingos, e todos os feriados para trabalhar para si próprios, de modo que, no máximo, dedicam ao senhor quatro dias em troca da casa e da terra; alguns são dispensados até dos sinais externos da escravidão e as famílias alimentam-se e vestem-se sem a interferência do senhor. O Imperador adaptou grande parte de uma cômoda construção erigida por seu pai, destinada às cavalaria reais, para instalação de um hospital. Visitei-o, encontrei um cirurgião branco e um assistente negro, camas decentes e quartos bem ventilados. A cozinha estava limpa e o caldo, que foi tudo que encontrei cozido na hora da noite em que lá estive,, estava bom. (...) Diversos hóspedes do hospital estavam ali unicamente pela velhice; um estava louco e havia uma grande sala

de mulheres com crianças, de modo que, no total, considero o hospital como uma prova da saúde dos negros de Santa Cruz.

Domingo, 24 (de agosto) – O dia de hoje provocou uma assembleia muito importante que demandou a capela de Santa Cruz. Compareceram todos os funcionários pertencentes ao palácio, com suas mulheres e crianças, também os lojistas da aldeia e vizinhanças, além de uma boa quantidade de população negra; todos mais bem vestidos que as pessoas da mesma classe em qualquer parte nesta região do Brasil.

Fui às plantações de chá, que ocupam muitos acres de um morro cheio de pedras, tal como suponho que seja o habitat favorito da planta na China. A introdução da cultura do chá no Brasil era um projeto favorito do rei Dom João VI, que trouxe as plantas e os tratadores da China com grande despesa. O chá produzido aqui e no Jardim Botânico é tido como de qualidade superior. Mas a quantidade é tão pequena que até agora não há a mais leve promessa de pagar a despesa com a cultura. Contudo estão as plantas tão viçosas, que não tenho dúvida de que em breve se espalharão e provavelmente ficarão como nativas. Sua Majestade construiu portões chineses e cabanas para corresponder ao destino destes jardins, colocados onde estão, entre os belos arbustos da erva, cujas folhas escuras e brilhantes e flores semelhantes à murta, as fazem adequadas para um canteiro, não produzem efeito desagradável. Os caminhos são bordados de cada lado de laranjeiras e rosais, e as sebes são de uma linda espécie mimosa. De modo que a China de Santa Cruz é realmente um delicioso passeio. O Imperador, porém, que compreendeu ser mais vantajoso vender café e comprar chá, do que obtê-lo com tais despesas, não continuou a plantação.

Nossos amigos hospedeiros, o capitão e sua senhora, não nos permitiram abandoná-los até depois do jantar, e convidaram várias pessoas para nos fazerem sala e para um banquete suntuoso que prepararam, onde haviam todas as coisas boas que podemos enumerar. Contudo, após honrar devidamente a mesa, despedimo-

nos e cerca de quatro horas, pouco mais ou menos, partimos para a mata da Paciência, onde chegamos um pouco antes do por do sol. (...)

O texto acima foi extraído do livro “Diário de uma viagem ao Brasil”, de Maria Graham, publicado em 1824 com o título “Journal of a Voyage to Brazil”.

3.12. Príncipe Adalberto da Prússia

O Príncipe Henrique Guilherme Adalberto da Prússia, irmão do Rei Frederico Guilherme III da Prússia, desde o início de sua juventude se juntou à Artilharia do Exército Prussiano e realizou uma série de viagens entre 1826, com apenas quinze anos, e 1842. Estas viagens o levaram aos Países Baixos, ao Reino Unido, à Rússia, Turquia, Grécia e finalmente ao Brasil em 1842.

O Príncipe Adalberto durante a visita ao ainda jovem Imperador Dom Pedro II impressionou-se com sua avidez em adquirir toda sorte de conhecimentos. Impressionou-o também o pendor por tudo quanto é grande e nobre, concluindo:

Que felicidade para este belo país, a de ser governado por um soberano como este, que tão bem compreende os deveres da Realeza e nutre tão ardente desejo de fazer feliz o seu povo.

3.13. Spix e Martius

Johann Baptist Ritter von Spix (1781-1826) nasceu em Höchstädt (Alemanha), em 09 de fevereiro de 1781 e faleceu em Múnico de Baviera (Germânia), em 13 de maio de 1826. Foi zoólogo e médico.

Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) nasceu em Erlangen (Alemanha) no dia 17 de abril de 1794 e faleceu em Munique, em 13 de dezembro de 1868. Foi médico, botânico, antropólogo e um dos mais importantes pesquisadores alemães que estudaram o Brasil e especialmente a região da Amazônia.

Spix e Martius sobressaem entre os mais importantes estudiosos da América do Sul. Spix foi o primeiro zoólogo que trabalhou na região amazônica, e foi o responsável pela parte fundamental e básica de nosso conhecimento atual sobre a fauna do continente, especialmente sobre animais vertebrados. Faziam parte da Missão Artística Austro-Alemã que acompanhou a princesa Leopoldina, futura imperatriz do Brasil.

Spix e Martius uniram-se apenas para a expedição científica ao Brasil, e o grande sucesso da mesma foi um mérito de ambos. Spix conheceu Martius em 1812, quando este ainda era um jovem estudante, na cidade de Erlangen. Depois que Martius se doutorou em medicina, Spix recomendou-o para o Jardim Botânico da Academia de Ciências de Munique, que o contratou como pesquisador.

Com o mesmo entusiasmo e conscientes da missão que receberam do rei, eles viajaram pelo Brasil, publicando o relatório da expedição com o título *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*, obra da qual faz parte ainda um Atlas com um mapa do Brasil e um anexo musical. A obra tem 3 volumes, onde a terceira e última parte foi publicada em 1831, cinco anos após a morte de Spix.

A expedição terminou em 1820 e Spix voltou para a Europa com cerca de 9.000 espécies de plantas e animais, incluindo mamíferos, aves e anfíbios. O conjunto foi a base da coleção do Museu de História Natural de Munique.

Sobre a presença de Spix e Martius na Zona Oeste Carioca, escreveu Benedicto de Freitas nas páginas 38 e 313, do seu livro “Fazenda Jesuítica, Real e Imperial”, Volume III:

Uma dessas marcantes visitas, foi a dos famosos naturalistas Spix e Martius, no dia 10 de dezembro de 1817, pela manhã. Embora em viagem oficial, esses sábios não fazem, em seus livros, referências à hospedagem no Palácio (Santa Cruz), ou na Superintendência.

Vários colaboradores de Natterer e Sochor passaram por Santa Cruz dirigindo-se ao interior do País, entre eles Von Martius e seu companheiro Johann Spix (...).

3.14. Thomas Ender

Thomas Ender (Viena, 3 de novembro de 1793 - Viena, 28 de setembro de 1875) foi um pintor austríaco que deve ser incluído entre os chamados pintores viajantes, ou seja, aqueles que vieram ao Brasil a partir da época do príncipe regente D. João VI até os últimos anos do século XIX.

Apesar de dominar várias modalidades de pintura, destacou-se como aquarelista. Acompanhou a missão científica de Johann Baptiste von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius ao Brasil, onde permaneceu entre 1817 e 1818. Nesse período, produziu uma vasta obra de registro do que viu no Rio de Janeiro e em São Paulo. Foram mais de 600 desenhos e esboços, os quais podem ser encontrados nos mais importantes museus do país.

3.15. Wilhelm Ludwig von Eschwege

Wilhelm Ludwig von Eschwege (Auer Wasserburg, Hesse, 10 de novembro de 1777 - Kassel, 1 de fevereiro de 1855), também conhecido por barão de Eschwege, Guilherme von Eschwege ou por Wilhelm Ludwig Freiherr von Eschwege, foi um geólogo, geógrafo, arquiteto e metalurgista alemão.

Foi contratado pela coroa portuguesa para proceder ao estudo do potencial mineiro do país. Encontrava-se em Portugal quando, em 1808, a corte se transferiu para o Brasil, devido à invasão francesa comandada por Junot. Seguiu posteriormente para o Brasil, onde se viria a notabilizar pela realização da primeira exploração geológica de carácter científico feita naquele país.

Depois de ter trabalhado em Portugal, o barão de Eschwege seguiu em 1810 para o Brasil, a convite do príncipe regente D. João

VI, para reanimar a decadente mineração de ouro e para trabalhar na nascente indústria siderúrgica. Foi ainda encarregado do ensino das ciências da engenharia aos futuros oficiais do exército e de continuar, agora naquele território, os seus trabalhos de exploração mineira e de metalurgia.

Em 1810 foi criado pelo príncipe regente D. João o Real Gabinete de Mineralogia do Rio de Janeiro, sendo ele chamado para o dirigir e ensinar aos mineiros técnicas avançadas de extracção mineral. Permaneceu até 1821 no Brasil, com a patente de tenente-coronel engenheiro, nomeado "Intendente das Minas de Ouro" e curador do Gabinete de Mineralogia.

Nesse mesmo ano Eschwege iniciou em Congonhas do Campo, Minas Gerais, os trabalhos de construção de uma fábrica de ferro, denominada de "Patriótica", empreendimento privado, sob a forma de sociedade por acções. Em 1811 sua siderurgia já produzia em escala industrial.

No ano de 1812, em Itabira do Mato Dentro (actual Itabira, Minas Gerais), foi pela primeira vez extraído ferro por malho hidráulico, com a ajuda de Eschwege, que ali inovou a mineração de ouro introduzindo os pilões hidráulicos na lavra do coronel Romualdo José Monteiro de Barros, futuro Barão de Paraopeba, em Congonhas do Campo.

Em 1817 foram aprovados pelo governo os estatutos das sociedades de mineração, que estabeleciam as bases para a fundação da primeira companhia mineradora do Brasil, sugeridas por Eschwege.

Nos campos da geologia e da mineralogia, empreendeu viagens de exploração das quais resultou uma vasta obra escrita de pesquisas geológicas e mineralógicas. Foram importantes suas expedições de exploração científica aos estados de São Paulo e Minas Gerais, o primeiro a assinalar a presença de manganês.

Da obra escrita, publicada na Europa, sobressaem *Pluto Brasiliensis* (Berlim, 1833) a primeira obra científica sobre a geologia brasileira, e *Contribuições para a Orografia Brasileira*.

Com Francisco de Borja Garção Stockler, teve papel importante na estruturação do ensino nas áreas da matemática e da física na Academia Militar do Rio de Janeiro, escola militar criada por carta régia de 4 de dezembro de 1810, que iniciou actividades a 23 de abril de 1811, e é uma das instituições antecessoras da actual Academia Militar das Agulhas Negras e a primeira escola de engenharia no Brasil.

Regressou à Alemanha, onde faleceu em Kassel-Wolfsanger, Hessen, em 1 de fevereiro de 1855.

Conclusão

Com base na leitura e estudo de inúmeros relatos de viagens, consideramos que tais documentos se apresentam como fontes relevantes de informações políticas, sociais ou culturais, e formas de reconhecimento do potencial econômico paulista dos locais visitados, pois as expedições foram patrocinadas com o intuito de obter dados, visando a eventual exploração das citadas regiões.

Em nosso entender, os relatos de viagens podem ser analisados não somente como objetos literários ou fontes comprobatórias, mas como documentos significativos, com importantes compilações de informações políticas e econômicas. A nosso ver, como documentos, tais obras podem ser analisadas, de maneira diversa e que vai além das práticas usuais de análise e estudos dos relatos.

Na vasta gama dos relatos de viagens, mais de quinhentos títulos, selecionamos os autores estrangeiros, que eram predominantemente europeus, com raros casos com outra nacionalidade. Tal delimitação está baseada em dois pontos: todo relato de viagem possui sua dimensão heteroglósica; seu conhecimento advém não apenas da sensibilidade e dos poderes de observação do viajante, mas da interação e experiência usualmente dirigida e gerenciada por “viajados” que agem em conformidade com sua própria compreensão de mundo e do que são e devem fazer como europeus (PRATT, 1999:234).

E tais engenheiros, mineralogistas, criadores de gado, agrônomos, e militares – viajantes do século XIX, eram frequentemente enviados para o “novo continente”, por companhia de investidores europeus, como especialistas, em busca de recursos

exploráveis, contatos e contratos com as elites locais, visando obter informações sobre possíveis associações, condições de trabalho, transporte, mercados potenciais, etc (PRATT, 1999: 252-253).

E alguns destes viajantes foram enviados por coroas europeias, com objetivos de reconhecimento e exploração das riquezas naturais e da estruturação de entidades produtivas, tanto para favorecer companhias voltadas para a exploração de recursos no exterior, como para obter vantagens em negociações diplomáticas ou econômicas.

Em função de tais dados consideramos os relatos de viagens como compilações de informações econômicas, feitas por observadores interessados, em uma análise direcionada. Explorando os dados apresentados nos relatos de viagens, a nosso ver, poderemos verificar que são fontes econômicas, apontam os interesses implícitos e os caminhos utilizados pelos viajantes durante as viagens e através dos relatos, com a finalidade de formar um corpo informativo complexo e direcionado.

Referências

Anuário de 1977/1978 (n.º 25/26) do Instituto Martius-Staden, contém diversos artigos sobre a obra do barão de Eschwege.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. "Barão de Eschwege". Edição da Casa de Eschwege, Belo Horizonte, 1977, 8vo, 76 pp., brochura.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. Itinerário da Independência. Coleção Documentos Brasileiros, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1972.

BERGER, Paulo et alii. Pintura e pintores do Rio antigo. Rio de Janeiro: Kosmos, 1990.

DEBRET, Jean Baptiste. "Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil". Impresso pelo Círculo do Livro, São Paulo, 1976.

FERREZ, Gilberto. O Brasil de Thomas Ender 1817. Rio de Janeiro, 1976.

FONSECA, Dayz Peixoto. O Viajante Hércules Forence: águas, guanás e guaranáis, Campinas, SP: Pontes, 2008.

FLORENCE, H. - Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas - 1835 a 1829. Edição mais recente: Editora Senado, 2008.

FREITAS, Benedicto. Santa Cruz, Fazenda Jesuítica, Real e Imperial, Volume I, Era Jesuítica 1567-1759. Asa Artes Gráficas, Rio de Janeiro/ 1985.

FREITAS/ Benedicto. Santa Cruz, Fazenda Jesuítica, Real e Imperial, Volume II, Vice-Reis e Reinado 1760-1821. Asa Artes Gráficas, Rio de Janeiro, 1987.

FREITAS, Benedicto. Santa Cruz, Fazenda Jesuítica, Real e Imperial, Volume III, Império 1822-1889. Folha Carioca Editora, Rio de Janeiro, 1987.

GRAHAM, Maria. "Diário de uma viagem ao Brasil", 1823 O trabalho original encontra-se na coleção do Museu Britânico.

KIDDER, Daniel Parish, "Reminiscências de Viagem e Permanência no Brasil", Impresso pela Livraria Martins, São Paulo, 1940. Tradução de Moacyr Vasconcelos.

KOMISSAROV, Boris. "Expedição Langsdorff - Acervos e Fontes Históricas", Editora UNESP, 1994.

LAMEGO, Alberto Ribeiro, "Notas geológicas sobre a Baixada de Santa Cruz", Avulso nº4 do Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura, outubro de 1936.

LUCCOCK, John, "Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil". Editora Itatiaia (SP), 1975.

MAWE, John. "Viagem ao Interior do Brasil". Livro impresso pela Editora Itatiaia, São Paulo, 1978. "O Rio Histórico - A Estrada Real de Santa Cruz". Jornal do Brasil, 30 de setembro de 1928.

POHL, Johann Emmanuel. "Viagem no Interior do Brasil". O livro faz referências à Sepetiba, Itaguaí, Engenho do Piai e observações sobre a Fazenda Real de Santa Cruz.

PRADO, J. F. De Almeida. "Thomas Ender e o Brasil no Reinado de Dom João VI". Companhia Editora Nacional (SP) 1955.

SEIDLER, CARLOS, "Dez Anos no Brasil". Livro publicado pela Editora Martins (SP), em 1976.

SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. "Aldeia de São Francisco Xavier". Memória Histórica e Documentada das Aldeias de Índios da Província do Rio de Janeiro, IHGB, Rio de Janeiro, 1855.

SOUSA, Octávio Tarquínio, BONIFÁCIO, José. "História dos Fundadores do Império do Brasil", Vol I, Editora Itatiaia Ltda, BH. Obra publicada em co-edição com a Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

SANTOS, Noronha. "As Freguesias do Rio Antigo". Edições O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1965.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. "Segunda Viagem do Rio a Minas e São Paulo - 1823". Tradução de Afonso de E. Taunay. Livro publicado pela Livraria Martins.

SILVA, Danuzio. "Os Diários de Langsdorff", AIEL - Ed. Fiocruz, 1997.

SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. "Debret, um membro da Missão Artística Francesa em Santa Cruz". Boletim Quarteirão Ecomuseu, setembro/outubro, 1995, p. 16.

SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. "Benedicto Freitas e sua obra". Boletim NOPH, 18 de maio de 1985, p. 6.

VIANA, Sônia Bayão Rodrigues. "A Fazenda de Santa Cruz e a Política Real e Imperial em relação ao Desenvolvimento Brasileiro - 1790 - 1850". Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em História, orientada pelo Prof. Richard Graham. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 1974.

WAGNER, Robert. "Thomas Ender in Brasilien". Viena: ADEVA, 1994. (em alemão).

http://pt.wikipedia.org/wiki/Johann_Natterer

Índice de imagem

Figura 1.1



Imagem do livro: "As Freguesias do Rio Antigo". SANTOS, Noronha. Edições O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1965.

Figura 1.2

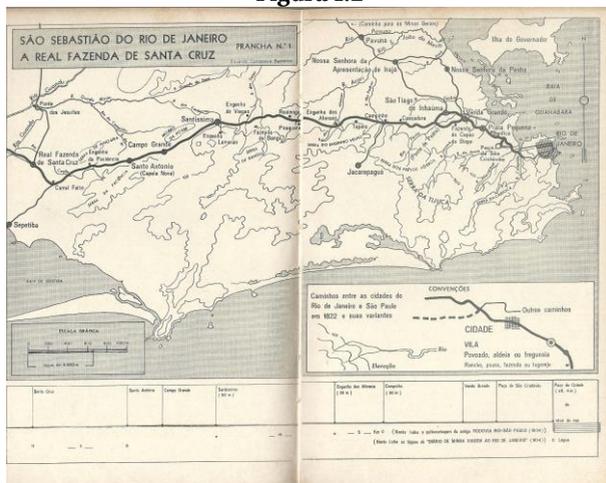


Imagem do livro: "Itinerário da Independência". Barreiros, Eduardo Canabrava. Coleção Documentos Brasileiros, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1972.

Figura 1.3



Jean-Baptiste Debret

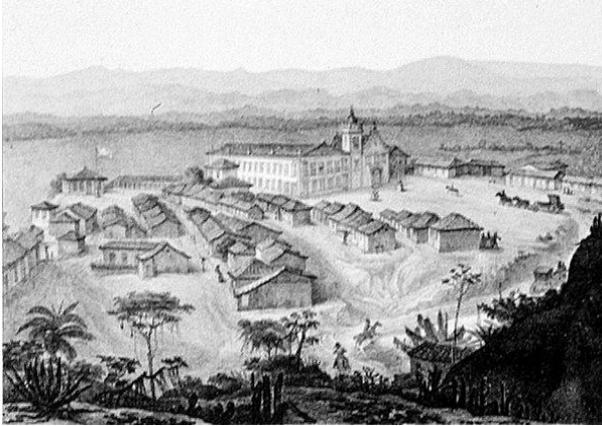
Imagem do livro: Aquarela de Santa Cruz (1816) de autoria de Jean Baptiste Debret.

Figura 1.4



Ateliê do Catumbi - Rio 1816. Imagem do livro: Aquarela de Santa Cruz (1816) de autoria de Jean Baptiste Debret.

Figura 1.5



Aquarela de Santa Cruz (1816) de autoria de Jean Baptiste Debret, que faz parte do II volume da “Viagem Pitoresca a Histórica ao Brasil”, onde podemos perceber o conjunto urbanístico da Fazenda de Santa Cruz naquele período.

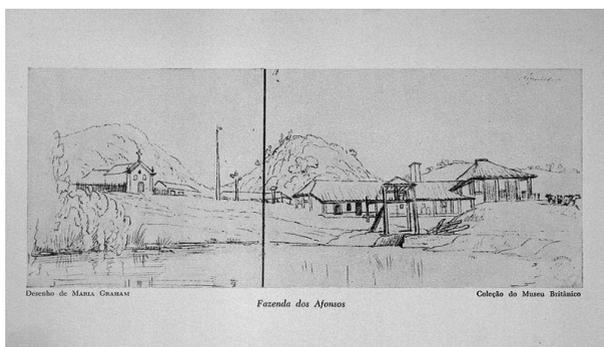
Figuras 1.6

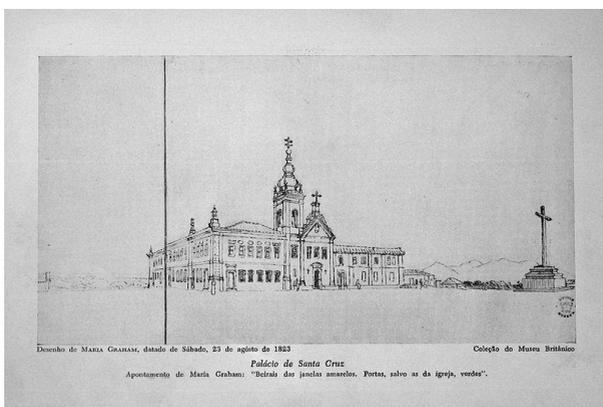
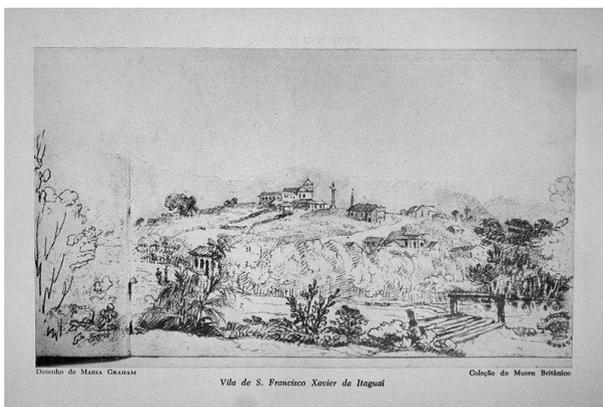


Maria Graham



Figura 2. Exemplar herborizado de *Eschweilera compressa* (Vell.) Miers depositado no Royal Botanical Garden, Kew, coletado por Maria Graham.





Imagens do livro: "Diário de uma viagem ao Brasil". GRAHAM, Maria.1823.

Figuras 1.7



Thomas Ender

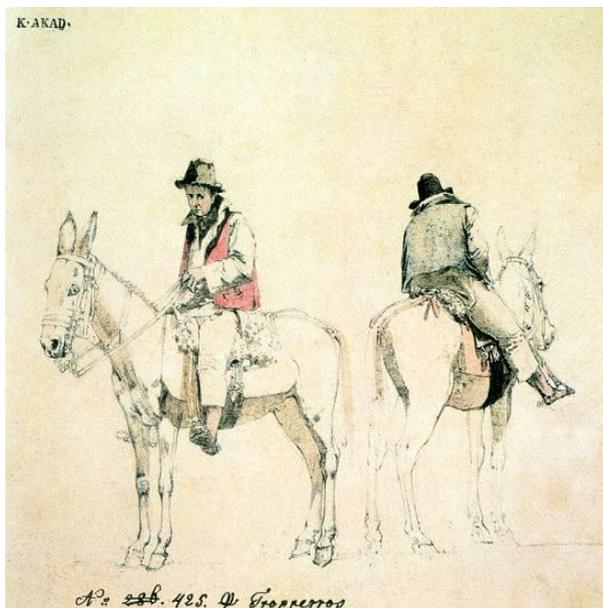


Imagem do livro: "Thomas Ender e o Brasil no Reinado de Dom João VI".
PRADO, J. F. De Almeida. Companhia Editora Nacional (SP) 1955.

Figuras 1.8



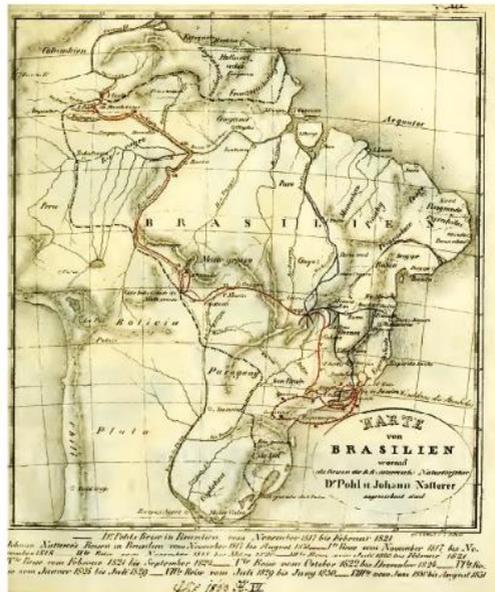
Barão Jorge Henrique Langsdorff



Natterer

Imagens: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal

Figura 1.10



Mapa das viagens de Pohl e Natterer ao Brasil ("Karte von Brasilien worauf die Reisen der k.k. österreich. Naturforscher D. Pohl u. Johann Natterer angeteichnet sind") (Fonte: Isis 1833:prancha 14).